

## OS PRINCÍPIOS ORGANIZADORES DA VARIEDADE DAS CONSTRUÇÕES VERBAIS<sup>1</sup>

Sarah de Vogüé<sup>2</sup>

devogue@u-paris10.fr

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivos analisar e delimitar a abrangência da categoria gramatical conhecida por “verbo”, bem como compreender as razões que se encontram no fundamento de sua variação, seja esta a observada no plano das construções ou a que diz respeito aos valores interpretativos para os quais os verbos concorrem. Procedemos em três tempos: o primeiro consiste na apresentação do referencial teórico-metodológico no qual se inscreve o trabalho, referencial este de natureza enunciativa; o segundo, na elaboração de uma caracterização da categoria verbo que integre todas as caracterizações já propostas na literatura, situando-se no terreno formal em que se fabrica o dizer; o terceiro visa a reconstituir os mecanismos da variação, incorporando sucessivamente várias teorias. Ao término, três princípios de variação são propostos. Nosso maior esforço é, contudo, o de mostrar que eles se encontram no centro das operações referenciais e combinatórias que organizam o dizer, e que podem dar conta, em virtude da sua interação, da multiplicação das categorias verbais observadas. O conjunto permite emitir considerações não apenas sobre o que é um verbo e sobre o que ele permite construir, mas também sobre o que é um “dizer”: sobre o modo como se estrutura e o modo como refere.

**PALAVRAS-CHAVE:** abordagem enunciativa; categoria gramatical *verbo*; cálculo das variações aspectuais; cálculo das mudanças de diátese.

### 1. REFERENCIAL DO TRABALHO

O meu propósito neste texto consiste em determinar a abrangência da categoria gramatical “verbo” e compreender o porquê de os verbos serem tão variados, tanto no plano das construções que engendram, quanto no dos tipos de valores interpretativos para os quais concorrem. As respostas aqui propostas inscrevem-se em um quadro epistemológico particular, seja pela teoria da linguagem adotada (1.1.), pela abordagem dos dados (1.2.), pelo

---

<sup>1</sup> Tradução do artigo “Les principes organisateurs de la variété des constructions verbales”, inédito, por Márcia Romero, professora da Universidade Federal de São Paulo, Brasil, marcia.romero@unifesp.br, e Helena Valentim, professora da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, ht.valentim@fch.unl.pt. Revisão de Jean-Jacques Franckel. A segunda parte, “O que é um verbo”, foi originalmente publicada sob o título “Qu’est-ce qu’un verbe ?” nos atos do Colóquio *Constructions verbales et production de sens*, organizado por Lebaud, D., Paulin, C., Ploog, K. (Éds.) e editado por Presses Universitaires de Franche-Comté, pp. 43-62, 2007.

<sup>2</sup> Professora da Universidade de Paris Ouest Nanterre, França, e pesquisadora do CNRS, UMR 7110, Paris 7.

emprego dos formalismos (1.3.) ou pelo modo de considerar a articulação entre teorias e dados (1.4.). A fim de esclarecer o procedimento adotado, este enquadramento será explicitado a seguir.

### 1.1. UM SENTIDO CONSTRUÍDO

No que se refere à teoria da linguagem, e em oposição a numerosas teorias cognitivas dominantes, defendemos que a linguagem não pode ter como fundamento um substrato semântico-cognitivo autônomo de que seja expressão: a linguagem é, em si mesma, uma atividade de construção de sentido e de conhecimento. Aplicada à análise da categoria do verbo, esta opção significa que nos opomos a qualquer caracterização fundamentada em uma categoria cognitiva supostamente pré-estabelecida, ou em considerações cognitivas que não tenham em conta a observação das formas linguísticas (quer tais considerações se baseiem no sentido “correto”, em uma tradição de pensamento ou nos resultados experimentais da psicologia cognitiva ou da etnologia comparada). Desse modo, não sabemos *a priori* o que é uma causa, um ato ou um estado e rejeitamos considerar esta ou aquela categoria de verbo como a expressão destas ou de outras categorias definidas de modo independente. Ao invés disso e como o que nos interessa é o sentido construído pelos enunciados, nossa análise parte das formas linguísticas e apenas delas<sup>3</sup> para considerar que o sentido aí elaborado não é um sentido dado de modo independente, mas, pelo contrário, é desconhecido e a ser descoberto, sendo necessário desvendá-lo. Neste caso, defendemos que o sentido em questão é particularmente sutil, indefinidamente mais sutil do que quaisquer eventuais concepções conscientes sobre o que são atos, causas ou estados, já que o que acontece com o sentido linguístico se aplica à competência linguística em geral: ambos se apresentam muito mais sutis e complexos do que o que os falantes podem conscientemente saber. De fato, do mesmo modo que os falantes sabem falar sem, no entanto, terem consciência do que sabem (acreditando, por exemplo, que uma frase bem ordenada é SVO), também sabem o que falar quer dizer e o que um verbo constrói, sem para isso saberem o que se passa nesse domínio (acreditando, por exemplo, que um verbo exprime uma ação em um universo onde tudo se organiza em causas). E sabem ainda menos em relação ao sentido (e nós, ainda menos no estado atual da análise linguística) por ser o sentido de algum modo indizível, só podendo ser dito de outra maneira através das formas linguísticas por meio das quais foi elaborado. Tudo

---

<sup>3</sup> Adotamos o ponto de vista que D. Leeman denomina “autonomista” e que consiste simplesmente em aliar-se às posições de Saussure e dos estruturalistas, segundo as quais o sentido está na língua.

isso porque não há sinonímia, nem metalinguagem. A saída, no entanto, encontra-se justamente no fato de que o sentido em questão é elaborado: em vez de procurar dizê-lo de outra maneira, podemos, pelo contrário, procurar reconstituí-lo – e mesmo dizer – o modo como ele se elabora<sup>4</sup>. Para o linguista, isso significa que o único acesso ao sentido deve ser por meio desta reconstituição, pela qual, a partir das formas, se descreve o que elas elaboram. Isso dá uma idéia da forma genérica de um tal sentido: trata-se necessariamente de um sentido construído, deduzido a partir das formas que o constroem e, portanto, produto de um cálculo; trata-se de entidades calculadas, não de categorias primitivas, qualquer que seja a natureza destas, motivo pelo qual a semântica a ser adotada deve ser necessariamente uma semântica calculatória – o que denominamos como uma semântica formal.

Partimos, portanto, das formas para aferir, não o que as motiva, mas o que elaboram, não o porquê, mas do quê, não o que seria a causa destas formas, mas o que constitui a razão delas. Como os mais estruturalistas dos linguistas que se apoiam no que foi chamado de ruptura saussuriana, começamos lá onde a linguagem se concebe como arbitrária e não baseada em um substrato que a fundaria. Partimos das formas e de sua arbitrariedade, nosso objetivo consistindo, no entanto, em conseguir reconstituir, não a lei própria a uma língua singular, mas o que pode ser invariante de uma língua para outra. Isto, por um lado, porque a questão dos verbos não é algo que se limita a algumas línguas singulares, mas que se coloca de maneira geral, inclusive em (numerosas) línguas nas quais ela não se apoia em uma categoria lexical fixa; por outro lado, porque, contrariamente ao que os relativistas puderam sustentar em um determinado momento do estruturalismo, há efetivamente invariância das línguas, de suas estruturas, e de suas práticas, e isto consiste, por si só, em um dado fundamental que deve ser levado em conta. Esta invariância é de natureza linguística, não sendo necessário situá-la em um substrato cognitivo autônomo: ela é relativa à própria atividade de linguagem, e, portanto, a isto em que consiste esta atividade, isto é, o processo do dizer.

O que buscamos encontra-se, portanto, muito distante de categorias como as que fundam a abordagem cognitiva em geral: o verbo não remete a uma causa, um ato, um acontecimento ou mesmo um julgamento, mas a uma configuração que é, antes, da alçada do dizer, estando inscrita, portanto, na linguagem. Particularmente, isto significa que o que buscamos é também de natureza absolutamente formal, e por três razões: por se elaborar por

---

<sup>4</sup> Apoiamo-nos, então, não mais em uma metalinguagem constituída, mas em explicitações que decorrem do que Culioli chama epilíngua, por meio da qual se busca reconstituir o sentido, e mostrar de que maneira ele se calcula. Ver De Vogüé, 2001, a respeito do emprego de epilíngua.

via das formas, por proceder de um cálculo e por consistir em operações que, quaisquer que sejam, presidem ao “fabricar” do dizer.

## **1.2. UMA VARIAÇÃO NEM CONTÍNUA, NEM IRREDUTÍVEL: O PRINCÍPIO DAS DIFERENCIAÇÕES EM CASCATA**

Quanto ao modo de abordagem dos dados, sua particularidade consiste em buscar, antes o que distingue e singulariza os dados, do que o que os une e os vincula a uma categoria geral. Nesta perspectiva, a observação dos dados não se concebe como um trabalho de abstração, cujo propósito seria neutralizar a variação para conseguir restituir alguma regularidade, mas como uma espécie de mensuração da variação, que passa por seu desdobramento e pela consideração minuciosa de todos os elementos nela envolvidos, cujo desafio é conseguir aferir o que faz a especificidade de cada dado<sup>5</sup>. A justificativa é que são os dados em sua variação intrínseca que constituem o empírico do qual é preciso dar conta, sendo, portanto, este empírico que deve ser, simultaneamente, explorado, mensurado e explicado.

No caso dos verbos, os dados são infinitamente dispersos: há um número indefinido de tipos de verbos, de construções verbais e de valores que lhes são associados. A situação é tal que se tem, na verdade, muito mais do que vários tipos: a partir do momento em que se definem os tipos, encontramos sempre indivíduos que ficam de fora e um número indefinido de formas de se pertencer a cada tipo. Deparamo-nos, assim, com uma verdadeira proliferação de configurações.

Dada essa proliferação, poderíamos vir a renunciar a toda subcategorização, e considerar simplesmente, ou que o conjunto dos verbos é um conjunto de indivíduos singulares, irredutivelmente distintos uns dos outros (exceto, sem dúvida, pelo fato de que sejam verbos), ou que a proliferação em questão organiza-se à maneira de um continuum,

---

<sup>5</sup> Tanto em um caso como em outro, é graças ao auxílio das propriedades que atribuímos aos dados que estes se encontram caracterizados, estas propriedades servindo para os vincular a uma categoria geral ou para distingui-los. No entanto, os dois movimentos são opostos e não devem ser assimilados. Defendi, em outros artigos (vide De Vogüé, 1999), que existiam dois empregos possíveis das noções, um consistindo em utilizá-las como categorias próprias a reunir os indivíduos, outro consistindo em utilizá-las para descrever a singularidade dos indivíduos, diferenciando-os de outros indivíduos com o auxílio da noção em questão. Estes dois empregos inscrevem-se em duas lógicas, uma que organiza a noção em torno do protótipo, outra que a conduz a um conjunto de condições distintivas. Isso significa que as duas grandes teorias que competem para caracterizar o modo de constituição da referência das noções lexicais (teoria do protótipo, teoria das condições necessárias e suficientes) devem ser postas em pé de igualdade, cada uma privilegiando uma das duas lógicas ao detrimento da outra. Exploro esta mesma oposição aqui, defendendo uma abordagem dos dados que emprega as propriedades gerais descobertas não para categorizar, mas para diferenciar.

necessário de ser explicado, mas para o qual não faria sentido, por outro lado, determinar pontos de diferenciação, sendo as variações simplesmente variadas de forma indefinida. A primeira opção corresponde a uma tentação recorrente, vivamente defendida por Milner a respeito da transitividade. A segunda também é muito desenvolvida, qualquer que seja o aparelho formal encarregado de definir a continuidade em questão: no referencial guillaumiano, por exemplo, o que vai formulá-la é o “significado de potência”, o número de intercepções<sup>6</sup> sendo indefinido, qualquer e incalculável.

Estas não são, a priori, posições por nós sustentadas, na medida em que pretendemos precisamente dar conta das diferenças<sup>7</sup> e que estas, de fato, apresentam-se como sendo, não quaisquer umas, mas organizadas, qualquer que seja o princípio que as organiza. Buscaremos, portanto, reconstituir os princípios desta organização. No mais, estamos tão mais inclinados a pensar que tais princípios existem, que consideramos tratar-se de valores construídos, como já observado. Deve-se entendê-los como fatores de variação e não como critérios de classificação.

Não defendemos, assim, nem uma organização estabilizada em subclasses, nem uma singularidade estrita dos valores, nem a continuidade, nem sequer os efeitos de coerência local, com emergência de similitudes, fenômenos de aproximação, ou constituição de pontos de acumulação assinalando uma convergência. Isto nos distingue de numerosos paradigmas atuais, que, da teoria dos protótipos àquelas mais locais das semelhanças de família ou do connexionismo, organizam a variação (contínua ou discreta) em torno de valores ditos emergentes. Não há valores emergentes por ser o movimento inverso: o que observamos nada mais é do que equilíbrios instáveis, que se invertem e se reconstituem, em um jogo de diferenciações que não tem fim.

### 1.3. UM FORMALISMO A SER CONSTRUÍDO

Propomo-nos a determinar os princípios dessa variação, sustentando que esta se inscreve em um cálculo. Para isso, é preciso fazer uso de ferramentas formais, adequadas para fornecer, em simultâneo, o material e o motor de um tal cálculo. No entanto, à medida que o

---

<sup>6</sup> [Nota dos trad.] Dentro de tal modelo, os valores semânticos de uma unidade são descritos por meio de um *significado de potência*, que remete a um mecanismo representado em termos de uma trajetória semântica – dito *movimento de pensamento* ou *cinetismo* – responsável pela unificação desses valores. Esse mecanismo pode ser interceptado em qualquer ponto de sua trajetória, ocasionando diferentes intercepções e “efeitos de sentidos” em discurso.

<sup>7</sup> Ressaltamos que os dois modelos, o da singularidade e da continuidade, têm em comum o fato de sustentar que estas diferenças podem apenas ser apontadas.

cálculo em questão, longe de ser dado, deve ser descoberto, e que sustentamos que ele não existe fora de uma construção do dizer, as ferramentas formais que se fazem necessárias não devem ser ferramentas a priori já constituídas que só nos restaria mobilizar. A formalização faz parte do programa de investigação empírica: ela visa a reconstituir o cálculo formal que organiza a atividade enunciativa, não existindo nenhum motivo para pensar que este cálculo possa, a priori, ter um domínio de validade mais geral. Assim, contrariamente a muitas das abordagens formais, a que será aqui posta em prática não consiste em moldar os dados em um formalismo externo. Ela propõe-se a elaborar este formalismo, o que supõe que consiga determinar as ferramentas próprias para melhor calcular a diversidade das construções verbais e de seus efeitos de sentido.

Admite-se geralmente ser possível formular hipóteses provisórias, ou serem os dados coletados incompletos; admite-se menos, no campo das ciências empíricas, que o formalismo seja frágil: a partir do momento em que ele é tomado emprestado ao campo externo da matemática como ciência do formal – o que garante sua consistência formal – este pode ser mal adaptado, mas não é possível que seja inconsistente. No referencial aqui adotado, o formalismo encontra-se em vias de elaboração, sendo construído proporcionalmente à investigação empírica, por ser a organização dos dados o que ele pretende restituir. Não podemos evitar que ele seja aproximativo, desenhado de modo incompleto, tal como o são os próprios dados. Não podemos evitar inclusive que o mesmo formalismo seja inconsistente, com um cálculo que entrava, que não “vira”, com pistas em construção, esboços que tentamos afinar, elementos que nos esforçamos para combinar, para conseguir compreender como se organizam as variações observadas. Verifica-se um procedimento necessariamente programático tanto no que concerne à pesquisa dos dados e ao desenrolar de sua variação, quanto à reconstituição dos mecanismos desta variação e à elaboração do formalismo que permitirá apreendê-la.

Na sequência do artigo, tentamos determinar os ingredientes de base a partir dos quais a variação parece poder se organizar. Nosso raciocínio interrompe-se antes mesmo de termos compreendido de que maneira estes ingredientes se combinam ou se articulam entre si. No entanto, nós nos contentamos de poder mostrar de que maneira a variação em jogo pode ser remetida a princípios fundamentais ordenando a constituição do dizer, sem que a forma exata destes princípios seja, contudo, assegurada.

#### 1.4. TEORIAS PARA VER

Para reconstituir estes ingredientes, apoiamo-nos crucialmente nas diferentes teorias existentes que se interessaram pela questão da definição da categoria do verbo. Afinal, não faria sentido considerar um campo já tão explorado como uma terra incógnita na qual tudo estaria por ser descoberto, partindo unicamente dos dados e do que neles se observa.

Se, no entanto, propomos retomar as teorias existentes, não é apenas para se beneficiar de suas aquisições. É também para se beneficiar, se não diretamente da heterogeneidade que as constitui, pelo menos da dinâmica que esta induz. Inscrevemo-nos no quadro epistemológico definido por Lakatos segundo o qual é por meio do trabalho crítico de confronto entre teorias que os progressos científicos se efetuam, sendo este trabalho o lugar no qual se faz a investigação empírica. Sabemos, com efeito, que é particularmente difícil ter acesso aos fatos brutos, que não tenham sido filtrados por um ponto de vista e por uma análise. Lakatos propõe uma saída para isso: uma teoria não se caracteriza apenas pela análise que fornece dos fatos que apreende; caracteriza-se, no mínimo, tanto mais pelo tipo de fatos que pode apreender. A partir desse momento, as teorias podem ser consideradas como observatórios, cada uma valendo pelos fatos que permitem ver, que eram inesperados ou que outras teorias não teriam tratado. O progresso de uma teoria a outra se avalia à luz dos fatos que cada uma torna perceptíveis.

Este modo de utilização das teorias implica que elas estejam à frente do trabalho de desdobramento e manipulação dos dados evocado em 1.2. Com efeito, este não consiste, aqui, em propor o que poderia ser entendido como novos dados: nós nos contentamos de lembrar o modo insistente como os dados, ao mesmo tempo, se organizam e resistem a toda classificação unívoca. No entanto, ao invés de considerar essa insistência como um argumento empírico para questionar as teorias subjacentes a estas classificações, preferimos incorporar a estas teorias algo que dê conta de fatos que, para elas, são imperceptíveis, com o risco de tornar as teorias obtidas parcialmente incoerentes, já que recobrem fatos heterogêneos.

Acreditamos que esta heterogeneidade é positiva. Vamos trabalhar incorporando sucessivamente teorias heterogêneas, cada uma valendo pelos fatos que torna perceptíveis (e que, como tal, para as teorias precedentes, são novos ou, pelo menos, inesperados). Contudo, não se trata simplesmente de justapô-los, mas sim de reconstituir, por meio da heterogeneidade que lhes é própria, os princípios de variação que permitem explicar as diferenciações em cascada que incidem sobre o conjunto da categoria. Por conseguinte, o que

permite o desdobramento das teorias não é nada além do desdobramento dos próprios fatos na variedade que os constitui.

Procederemos em dois tempos: o primeiro, bastante desenvolvido, consistirá em elaborar uma caracterização da categoria verbo que integre todas as caracterizações já propostas na literatura, situando-se no terreno formal em que se fabrica o dizer; o segundo, mais sucinto, visará, a partir daí, a reconstituir os mecanismos da variação, incorporando sucessivamente várias teorias. Ao término, três princípios de variação serão propostos, todos, de um modo ou outro, entrevistados pela literatura. Faremos o esforço para mostrar que eles se encontram, contudo, no centro das operações referenciais e combinatórias que organizam o dizer, e que podem dar conta, em virtude da sua interação, da multiplicação das categorias verbais observadas.

## **2. O QUE É UM VERBO?**

A maioria das teorias existentes, independentemente do quadro epistemológico escolhido, é criticada por privilegiar um tipo de verbo ou configuração verbal, esquecendo as outras possibilidades, ou esperando poder tratá-las como casos derivados ou periféricos. A diversidade das soluções encontradas é, em todos os casos, surpreendente, sobretudo se observarmos o silêncio de cada uma em relação a suas concorrentes: há teorias que definem o verbo pelo que seria a dimensão necessariamente temporal de seu referente, outras por sua dimensão processual, outras por sua dimensão causal, outras por sua dimensão predicativa, a noção de predicado devendo ser entendida ora no sentido lógico (um operador que pede argumentos), ora no sentido pragmático em que se opõe a um tema sobre o qual recai; há teorias para as quais um verbo se refere a um ato ou uma atividade, outras para as quais se refere a um acontecimento, a uma situação transitória ou a uma situação evolutiva; há teorias para as quais o verbo significa a afirmação (Port-Royal), veicula uma força ilocutória (Touratier) ou é o aporte de um suporte externo (Guillaume); há teorias para as quais o verbo se caracteriza pelo fato de estar submetido à diátese ou pelo fato de apresentar índices actanciais.

Cada uma dessas teorias é refutada por contra-exemplos mais ou menos importantes: assim, a dimensão temporal, ou processual ou evolutiva ou mesmo transitória, ou da natureza de um acontecimento de um verbo como *savoir* [saber] é altamente problemática, salvo se considerarmos que um estado relacionado a este verbo deveria ser necessariamente limitado temporalmente; por sua vez, afirmar que todo verbo refere a algum segmento de uma cadeia



causal, como defende Croft, é discutível se considerarmos que há, de um lado, processos contingentes, de outro, casos em que a causa de um fato está relacionada a uma qualidade ou mesmo à presença de um indivíduo; além disso, outras palavras além dos verbos referem a operadores lógicos (por ex., os conectores) ou se analisam como aportes de um suporte externo (por ex., um nome como *blancheur* [brancura]); outros constituintes além do constituinte verbal podem constituir o propósito do enunciado; há casos em que os verbos não apresentam índices actanciais (em configurações como a do infinitivo, salvo querer considerá-lo, por este motivo, um nome; nas raras línguas nas quais não existe tal marcação); há casos em que o verbo, considerado no interior de uma subordinada, não sustenta a afirmação e não veicula força ilocutória<sup>8</sup>.

Este panorama das soluções é, no entanto, útil por mostrar o campo recoberto. Desta maneira, não é indiferente que direções tão divergentes como as da temporalidade, da causalidade e da predicação (com suas variantes do lado do aporte, do acordo actancial, da asserção ou da ilocução) sejam convocadas. A solução aqui proposta pretende incorporar o conjunto destas direções para organizá-las em sua própria divergência, apresentando-as como as várias facetas possíveis de uma mesma configuração.

## 2.1. VERBOS PARA CONSTRUIR PROPOSIÇÕES

A solução que propomos não é inteiramente nova: retomamos a de Creissels em *Eléments de syntaxe générale*. Por tomar o partido da sintaxe, situa-se em outro terreno que as soluções aqui percorridas: o terreno das formas, como evocado em 1.1. Sustentaremos, no entanto, que ela deve ser entendida também como uma contribuição capaz de reorganizar o debate sobre a semântica, contribuição que não apenas incorpora os direcionamentos de ambas, mas o faz vinculando-as ao fabricar do dizer, ao invés de remetê-las a substratos cognitivos pré-definidos.

A preocupação de Creissels não é incorporar teorias semânticas divergentes<sup>9</sup>, mas dar conta das línguas na variedade que as constitui. Para tanto, renuncia a caracterizar o verbo por um critério estritamente distribucional relacionado ao que o circunda, seja no plano sintático

---

<sup>8</sup> Parece-nos que, pelo contrário, a teoria da diátese ou da *dispositio* herdada das gramáticas latinas merece ser examinada com cuidado, se não optarmos por organizá-la em torno do agir de uma forma ativa e se a encarmos como o desencadear de uma série de configurações possíveis em torno de um sujeito do que seria um estado de coisas que lhe diz respeito. Esta pista, que desconheço se as investigações sobre a diátese contemplaram, seria, em todo o caso, compatível com o que será aqui entrevisto.

<sup>9</sup> No plano semântico, Creissels mantém a idéia de que os verbos seriam relativos à conceitualização de um acontecimento, mas sem parecer se interessar mais de perto à questão.

ou morfológico: ainda que os verbos, frequentemente, se diferenciem das outras categorias por uma morfologia mais rica e que apresentem índices pessoais, esses traços não podem ser tomados como os que os definem por não serem sistemáticos (aplicando-se, por ex., apenas às línguas cuja morfologia é suficientemente rica). A idéia consiste em considerar os traços em questão como sintomas preciosos, reveladores de uma singularidade configuracional que se manifesta em outra dimensão: a descrita por Benveniste como “integrativa”, que se interessa, não ao contexto textual imediato, mas às unidades de nível superior que as unidades analisadas integram e constroem.

Com muita prudência, multiplicando os critérios formais e os testes para conseguir, ao mesmo tempo, dar conta da variedade das línguas e fundamentar cada etapa da identificação em procedimentos empíricos, Creissels chega a uma caracterização dos verbos que se mostra totalmente generalizável<sup>10</sup> e que consiste simplesmente em explicitar o modo como eles intervêm no processo de fabricação dos enunciados. Um verbo define-se, então, como um elemento lexical<sup>11</sup> cuja função é integrar um conjunto de constituintes nominais no que Creissels denomina uma unidade frástica. Voltaremos ao modo como são definidas as unidades frásticas<sup>12</sup>. Por enquanto, basta dizer que elas correspondem, essencialmente, ao que a tradição gramatical descreve como proposições<sup>13</sup>. Isso significa que a noção de proposição tem um papel crucial na caracterização do verbo: o verbo é o que serve para fazer proposições com constituintes nominais (ou, pelo menos, é a parte lexical do que tem essa função)<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Creissels não acredita, conseqüentemente, que existam línguas sem verbo: há línguas (talvez mais numerosas do que as geralmente consideradas se observarmos todos os meios morfológicos e sintáticos empregados pelas línguas para organizar a mudança de categoria gramatical dos lexemas) nas quais os verbos não constituem uma classe lexical pré-definida; resta que, nestas mesmas línguas, há um sentido que define um funcionamento verbal, que poderá ser então conferido às palavras não diferenciadas no plano lexical.

<sup>11</sup> O que corresponde aqui ao simples fato de que o verbo pertence a uma classe aberta: por este critério, Creissels visa a excluir elementos como preposições ou outras partículas, que também podem participar da integração dos constituintes nominais nas unidades frásticas; o autor denomina expressão predicativa o conjunto de todos os elementos que operam esta integração, a expressão predicativa sendo, por exemplo, constituída de um verbo e de uma série de preposições ou partículas.

<sup>12</sup> Os constituintes nominais são, no que lhes concerne, identificados com o auxílio de testes clássicos de equivalência com um nome próprio ou de pronominalização.

<sup>13</sup> Ou, pelo menos, ao subconjunto das proposições tradicionais que compartilham o mesmo formato, o que exclui muitas das proposições ditas principais, às quais a sintaxe contemporânea recusa o estatuto de proposição, dada a sua incompletude (para a sintaxe contemporânea, “Je dis” [*Eu digo*] não é uma proposição em “Je dis qu’il vient” [*Eu digo que ele vem*]: é “Je dis qu’il vient” [*Eu digo que ele vem*] na íntegra que é uma proposição matriz, na qual a proposição subordinada é encaixada.

<sup>14</sup> Cotte, citado neste artigo, defende a tese oposta segundo a qual não seria o verbo, mas a concordância que constrói a proposição. O argumento de Creissels é simples: é a existência de línguas ou de construções nas quais aparece um verbo sem concordância, e onde, no entanto, faz sentido sustentar que se trata de uma proposição (ver as proposições de participio, ou as de infinitivo, considerando que demonstramos se tratar de proposições de fato e não de simples grupos verbais). Isso não impede, aliás, que existam casos nos quais a relação entre os elementos da proposição já esteja dada, o verbo contentando-se de qualificar esta relação. Veremos, com efeito, que o modo como se opera esta integração do verbo no esquema proposicional é maleável.

Poderíamos, sem dúvida, fazer a objeção de que esta caracterização é passível de ser igualmente aplicada aos adjetivos em posição predicativa. Esta objeção não incomoda necessariamente Creissels, na medida em que mostra que, em numerosas línguas, o que se traduz por adjetivos em posição predicativa corresponde, na realidade, a formas verbais, e na medida em que sustenta, para toda língua na qual existem efetivamente adjetivos, ser característica a sua posição atributiva, e não seu funcionamento como predicativo. Os adjetivos predicativos podem, portanto, sem grandes problemas, inclusive em francês, ser englobados na categoria geral dos verbos, dado que, em outras circunstâncias, será especificado o que os distingue de simples verbos, *i.e.* a possibilidade que têm – e que não têm estes últimos – de entrar em uma estrutura atributiva. Decorre daí que os adjetivos, inclusive nas línguas nas quais podem apresentar esta função integrativa por meio da qual se constrói uma proposição, não são por ela definidos, ao contrário dos verbos, cuja integração numa proposição constitui propriamente a sua função.

Esta caracterização da categoria dos verbos tem o mérito de ser de uma verdadeira simplicidade: ela possui esta espécie de simplicidade da *épura* quando, encontrando o que todos pressentem saber no que diz respeito aos verbos, contenta-se de reconstituir o gesto por meio do qual um enunciado se fabrica.

## 2.2. A QUESTÃO DAS EVENTUALIDADES

Existe ao menos uma outra teoria, inscrita efetivamente no domínio da semântica (e até, nas palavras do autor, no de uma “metafísica”), que relaciona os verbos às proposições, embora não o faça de modo explícito. É a teoria de Bach, quando este propõe o conceito de *eventuality* para reagrupar as diferentes subcategorias do aspecto dito “lexical” distinguidas pelos aspectólogos<sup>15</sup>. Note-se que, contrariamente às outras teorias semânticas mencionadas em 2.1, esta se inscreve claramente no projeto de uma incorporação, exceto que não são teorias que são incorporadas, mas, diretamente, tipos de dados diversificados<sup>16</sup>.

Não encontramos em Bach uma verdadeira justificativa de sua proposta, apresentada de um artigo a outro como uma simples questão de terminologia. Contudo, esta obteve

---

<sup>15</sup> Subcategorias que, reduzidas pelo próprio autor a três, são denominadas, por opção, a estados, processos e acontecimentos. Sobre essas subcategorias e suas variações de um autor a outro, ver adiante.

<sup>16</sup> Aqui, mais uma vez, os adjetivos predicativos encontram-se incorporados na categoria delineada: é notório que essas estruturas fazem parte do conjunto dos dados recobertos pelas teorias sobre o aspecto lexical. A característica dos adjetivos em relação aos verbos consiste, no entanto, no fato de que eles não pertencem necessariamente a esta categoria que Bach vai descrever como a categoria da eventualidade [Nota dos trad.: “éventualité”, no texto original]. O argumento é o mesmo de Creissels: eles diferenciam-se dos verbos pelo fato de, ao contrário dos verbos, serem, antes, definidos por sua implicação no sistema atributivo.

sucesso, tendo sido retomada por toda literatura de língua inglesa sobre o tema. Na sequência, foi inserida no domínio da aspectologia francesa por meio do neologismo *évenance*, que se supõe traduzi-la e reproduzir o que seria o golpe de gênio de Bach, *i.e.* a união morfológica vinculando a palavra a *event/événement* [evento/acontecimento].

Gostaríamos de defender, no entanto, que não é o vínculo aos acontecimentos que torna interessante a proposição de Bach: um tal vínculo voltaria novamente a privilegiar uma categoria de verbos, excluindo, por ex., verbos que remetem a estados; deste ponto de vista, o termo *évenance* não constitui nenhum progresso em relação ao termo *procès* [processo], mais observado na tradição francófona e cujo inconveniente consiste em privilegiar a dimensão processiva.

De resto, não é certo que se deve assimilar os *event* do inglês aos *événements* do francês: enquanto os segundos são entendidos como marcando um ponto de transformação entre um antes e um depois, os primeiros parecem ser muito menos processuais, designando apenas o que pode acontecer, que pode ser um processo ou um estado. O golpe de gênio de Bach consistiria, portanto, em ter organizado a categoria dos verbos não em torno do que o francês descreve como um *événement* [acontecimento], mas em torno do que o francês chamaria *avènement* [advento].

Com efeito, esta questão da tradução permite ir além na compreensão do alcance do termo inglês. Poderíamos nos perguntar por que os tradutores<sup>17</sup> preferiram o neologismo ao invés de traduzir *eventuality* por *éventualité* [eventualidade/evento]. Sem dúvida, porque o vínculo entre *éventualité* [eventualidade/evento] e *événement* [acontecimento] não era assim tão perceptível quanto eles desejavam. E, também, por o termo *éventualité* já ser empregado na terminologia gramatical francesa, em relação, não a verbos, mas a proposições inteiras, que, ademais, são caracterizadas, não no plano aspectual, mas no plano modal, precisamente como suscetíveis de ocorrer: descrevemos assim algumas proposições do campo hipotético. O fato é que não temos certeza de que essa passagem pelas proposições deva ser considerada como um erro de percurso, e que o termo *éventualité* seja um falso cognato. Gostaríamos de defender, ao contrário, que fornece, como o termo em inglês, uma explicação satisfatória para aquilo a que um verbo refere: a eventualidades, isto é, ao que pode ser ou pode não ser o caso.

Desta vez, uma tal caracterização aplica-se muito bem aos verbos que designam estados: a descrição dos estados como sendo configurações suscetíveis de ser ou de não ser o caso parece perfeitamente esclarecedora. Ela dá conta, em particular, de um jeito bastante

---

<sup>17</sup> Não identifiquei quem seja o tradutor. O termo é utilizado por F. Kerleroux (2003) em *Langages*, número 152, p.20, mas esta autora não precisa se o retoma e de quem o retoma.

interessante, do caráter virtualmente transitório dos estados em questão. Na verdade, ela permite até apreender o que poderia se avançar, como um último recurso, para justificar o vínculo dos estados ao domínio temporal no âmbito das concepções que acreditam ter a necessidade de privilegiar a dimensão temporal na caracterização da categoria dos verbos: assinalamos acima o problema colocado pelos estados pouco inclinados para o provisório como aqueles que o verbo *savoir* [saber] descreve; pode-se forçar sua inclusão no temporal evocando um tempo em que o sujeito teria passado de um estado de não saber a um estado de saber; um tempo semelhante não está, claro, absolutamente incluído no sentido da palavra *savoir* [saber], o qual nada impede de designar um saber que teria permanecido por toda eternidade, sem começo nem fim; a hipótese de um momento de reviravolta só se sustenta pelo que se encontra definitivamente no princípio desta reviravolta, e que consiste no fato de o saber em questão ser apreendido como uma eventualidade, que pode, como tal, ser ou não ser o caso – e que pode eventualmente em um dado momento começar a ser o caso. Por fim e paradoxalmente, parece que os estados apresentam de temporal apenas a sua modalidade, esta modalidade da eventualidade que Bach soube dar a perceber.

O êxito de Bach não pára aqui: o milagre é que o termo convém também perfeitamente às outras subcategorias de verbos, nelas incluídos processos e acontecimentos, todos deixando-se definir por esta noção de eventualidade. A tese da eventualidade, sem que fosse premeditado, tem a vantagem de exprimir com uma precisão completamente inesperada (ao menos, na tradição francesa: é possível que a noção inglesa de *event* tenha preparado o terreno em inglês) o que une verbos de todas as naturezas: um verbo seria caracterizado pelo fato de remeter, qualquer que seja a categoria do verbo em questão, ao que pode ser ou pode não ser o caso<sup>18</sup>.

Ora, o inconveniente desta concepção é justamente o fato de ser a caracterização obtida também a que poderíamos dar da proposição inteira na qual o verbo se inscreve: a tese da eventualidade tem o inconveniente de suas vantagens. Para transpô-lo, é preciso explicitar o que faz a diferença entre verbo e proposição, a saber, os constituintes nominais de onde parte Creissels em sua caracterização sintática: os verbos remetem ao que pode ser ou pode não ser o caso, para os referentes, quaisquer que sejam, dos constituintes nominais que integra. Assim, *savoir* [saber] descreve uma eventualidade relativa ao que constitui o referente de seu sujeito, este podendo ou não saber o que está em jogo.

---

<sup>18</sup> Temos, uma vez mais, o problema dos adjetivos, que podem também designar uma eventualidade. Simplesmente, eles podem também ter outras funções, por exemplo, a de determinar um referente quando são atributivos em um grupo nominal, o que não é o caso dos verbos.

Encontramos então uma caracterização paralela àquela elaborada por Creissels no plano sintático, ou melhor, que deve ser entendida como seu exato correlato interpretativo, inscrevendo-se assim em uma semântica efetivamente fundamentada nas formas: os verbos definem-se por sua função formal que é a de construir proposições a partir de constituintes nominais, descrevendo estas proposições o que é dado como uma eventualidade relativa aos referentes dos constituintes nominais.

### 2.3. NOMEAR E DIZER

Esta caracterização permanece provisória, por se prender, no mínimo, à questão de saber o que pode constituir o exato estatuto destas eventualidades ou destes casos, que são dados, aqui, como o que uma proposição descreve. Ela baseia-se, contudo, em uma oposição fundamental, cuja evidência é, portanto, seu mérito: uma oposição entre o que se verifica no plano semântico no nível das proposições – que falta determinar mais precisamente – e o que se verifica no nível dos constituintes nominais.

Sobre os constituintes nominais, admitimos que eles referem, ou melhor, que têm por função instalar o que vai constituir o referente ou os referentes do enunciado<sup>19</sup>. Com os verbos, e, portanto, quando passamos às proposições, um outro nível referencial é instaurado: aquele aqui denominado dos “casos”, que corresponde à descrição que a proposição faz deste(s) referente(s). Para caracterizar este nível, no qual se verifica uma referência construída e não apenas designada ou evocada pela proposição, Culioli propôs empregar o termo *valor referencial*. Os verbos operariam a passagem dos referentes aos valores referenciais, *i.e.*, dos referentes à sua descrição, ou destas operações que são o designar, nomear, ou o instalar, à operação de dizer em si mesma<sup>20</sup>.

Observemos que, se acreditarmos em Basset, seria neste sentido que o termo de *rhema* – traduzido por *verbo* – teria sido empregado por Platão no que é considerado tradicionalmente como as primeiras ocorrências da oposição nome/verbo (na verdade, nome/rema): rema não designa, em nenhum caso, alguma forma de atividade, ou alguma forma de nomeação de alguma atividade, mas deve ser, sobretudo, traduzido em contexto por

---

<sup>19</sup> Este(s) referente(s) não corresponde(m) necessariamente a entidades definidas: ele(s) pode(m) ser definido(s) intensionalmente ou ser de natureza estritamente qualitativa: não faz sentido reduzi-los apenas aos objetos concretos.

<sup>20</sup> Isto não significa que os verbos sejam o único meio de que um enunciado dispõe para efetuar esta passagem: pensemos nas frases nominais, nas quais a instalação de um referente quantitativo ou qualitativo (uma entidade ou uma qualidade, cf. nota precedente) é o que permite desdobrar o dizer.

*descrição* ou *modo de se exprimir*, o que o situa do lado do dizer, como algo que se distingue do nomear.

Chegamos assim a uma formulação da distinção nome/verbo que é, ao mesmo tempo, quase trivial por sua simplicidade e absolutamente radical: os nomes servem para nomear; os verbos, para dizer<sup>21</sup>, mais precisamente, para dizer algo a propósito de algo.

Nomear e dizer: a esta oposição fundadora da atividade enunciativa encontra-se associado um feixe de fatores de diferenciação que permitem melhor aferir o que pode constituir o funcionamento próprio de cada uma dessas duas categorias.

### 2.3.1. CLASSES E CENÁRIOS

Consideremos *départ* [partida] e *partir* [partir] que deveriam ter significativamente o mesmo conteúdo interpretativo, salvo pelo fato de um ser nome e o outro, verbo<sup>22</sup>. O verbo “diz”: isso significa que é entendido como a elaboração de uma descrição, esta trazendo consigo uma proposição inteira, onde é reconstituída uma forma de microcena – o que denominamos um *caso* – na qual os referentes dos constituintes nominais implicados representam os protagonistas. Portanto, é todo um cenário, com lugares e personagens, que é mobilizado e que basta o verbo para evocar: para *partir*, destinações, lugares que deixamos, talvez uma grande decisão, em todo caso, um sujeito – o que parte –, com sua história, seus sonhos de então, suas desilusões e ilusões.

Ainda de um ponto de vista intuitivo, parece possível entender que o nome, no que lhe diz respeito, se inscreve em uma lógica totalmente diferente. Sem dúvida, ele condensa cenários do tipo evocado pelo verbo, mas ao nomear, ele faz, sobretudo, aparecer a categoria de todos os fatos aos quais ele pode se aplicar e que pode portanto nomear. Em outras palavras, o nome, por “nomear”, introduz uma forma de pluralização, que corresponde à classe de tudo o que pode nomear. Ora, esta classe, plural, é altamente heterogênea: há partidas e partidas e é esta diversidade de tudo o que pode assim ser nomeado que o nome *départ* [partida] indica. Além disso, a nomeação faz também ver a inevitável defasagem entre o nome e o nomeado: uma partida particular não se reduz jamais à noção de partida por meio da qual se pode designá-la, por ser antes – e sempre – a partida singular que é. Portanto, é a uma abundância qualitativa como quantitativa que um nome como *départ* remete, com, de um lado, todos os tipos de partidas, de outro, todas essas partidas particulares por meio das quais

---

<sup>21</sup> Ver *LINX*, número 50, no qual este tema é evocado em ocasiões diferentes.

<sup>22</sup> Salvo também o fato de que “*départ*”, em francês, compreende o prefixo “*dé-*”, o que muda muitas coisas.

se faz novamente presente a dialética da oposição entre indivíduos e categorias: intuitivamente, pode-se admitir que o que *départ* convoca é constituído pela legião de todas as falsas e verdadeiras partidas, partidas anunciadas, perdidas, partidas de trem, de férias, partidas tristes, partidas das quais não voltamos, partidas que não são partidas (“Você chama isso uma partida?”), e todas as partidas singulares, diferentes, que são cada uma muito mais do que simples partidas por serem todas, antes, uma partida particular.

Cenários e classes: vemos que essas considerações, por enquanto intuitivas, se elas se mostrassem fundamentadas, isto significaria que os verbos e os nomes instauram duas estruturas referenciais bem diferentes, cujas propriedades formais não têm nada a ver umas com as outras, e que convém, portanto, claramente diferenciar em uma teoria formal da referência.

### **2.3.2. INEXISTÊNCIA DE REFERÊNCIA EM EXTENSÃO PARA OS VERBOS**

Há argumentos que reforçam tal análise. Particularmente, há uma clara diferença entre nomes e verbos, na verdade, tão clara que parece evidente e não é nunca assinalada, como se não tivéssemos sequer sentido a necessidade de observá-la. Sabe-se que os nomes podem ter um duplo funcionamento referencial, conforme apenas designem indivíduos com o auxílio de uma propriedade discriminante ou que também utilizem esta propriedade para construir uma representação dos indivíduos em questão: fala-se no primeiro caso de referência em extensão e, no segundo, em referência em intensão. Com os verbos, esta clivagem parecer não existir: não encontramos casos empíricos nos quais seria preciso opor tais leituras e tudo se passa como se esta oposição simplesmente não fosse pertinente. É que, no caso dos verbos, trata-se sempre de construir uma representação, o que torna deveras inconcebível que a propriedade mobilizada para tanto possa ser indiferente. Sua referência é necessariamente intensional e esta consiste em uma divergência radical entre nomes e verbos. Seria, no mínimo, prejudicial minimizá-la.

Esta divergência articula-se, ainda, a uma outra diferença, relativa ao que serve de critério para distinguir extensão e intensão, mais precisamente, ao que Frege descreve como substituições *salva veritate*: com os nomes, no caso de uma referência em extensão, é sempre possível efetuar uma substituição na qual se troca o nome inicial por outro nome que corresponde a uma outra propriedade do referente, esta substituição efetuando-se *salva veritate*, i.e. sem mudar nada à finalidade referencial do enunciado; escolher um nome ou outro é então indiferente porque não é a propriedade expressa que é pertinente neste



enunciado, mas simplesmente o referente em questão, que o nome serve senão para identificar. Note-se que, neste caso, os dois nomes que se intersubstituem podem não ter nenhum vínculo no plano qualitativo: eles são substituíveis um pelo outro apenas na medida em que o referente designado acumula ambas as propriedades que eles exprimem (assim, é por determinada pessoa ser, ao mesmo tempo, parisiense e estudante que poderíamos indiferentemente designá-la como sendo *uma parisiense* ou *uma estudante*).

No que se refere aos verbos, a situação é completamente diferente: como acabamos de observar, não encontramos casos nos quais fizesse sentido descrever o representante individual que um determinado verbo descreve por meio de um outro verbo que não teria nada a ver com o primeiro, a não ser o fato de este se aplicar de modo contingente ao mesmo indivíduo. Sem dúvida, a cena descrita tem muitas outras qualidades além daquela que o verbo escolhido pode dizer (por exemplo, a pessoa que parte pode estar pensando em sua cunhada), mas não é possível acreditar que a qualidade à qual remete o verbo possa não ser determinante. Isso não faria sentido por esta qualidade corresponder à descrição que o verbo fornece e, portanto, ao que ele diz.

Assim, o campo de variação qualitativa é, com os verbos, muito mais reduzido do que o que se observa com os nomes (onde todas as propriedades, quaisquer que possa ter o referente do nome, podem ser mobilizadas): ao dizer de alguém que “ele parte”, pode-se designar todas as etapas desta partida, ou as suas finalidades, suas modalidades, mas trata-se, a cada vez, de elementos constitutivos da qualidade de partida (enquanto que o fato de ser uma pessoa parisiense não é constitutivo de sua qualidade de estudante). Em outras palavras, a variação recai apenas sobre uma dimensão da descrição, e não sobre o tipo de descrição escolhido, o que é normal, já que se trata justamente de uma descrição particular.

Reencontramos aqui considerações conhecidas sobre o fato de poder ser uma mesma cena descrita de modo variável conforme o ponto de vista escolhido: assim, um assassinato pode ser descrito como o fato de se enfiar uma faca na carne, ou de se livrar de alguém, ou de fazê-lo passar desta para melhor, ou de tê-lo surpreendido dormindo, todo um conjunto de ingredientes que são, cada um a seu modo, constitutivos desta cena de assassinato. É esta variação – e nada além dela – que pode ser considerada para os verbos: uma variação vista como variação sobre os circunstantes, que explora os meios da cena descrita, ou suas condições, ou seus efeitos.

Propriedades individuais versus circunstantes, a oposição não pode ser negligenciada. Ela remete à idéia de que os nomes mobilizam classes enquanto os verbos mobilizam cenários. A intuição mencionada em 2.3.1. obtém, com isso, uma forte sustentação empírica.

Cabe ressaltar que é precisamente sobre uma oposição desta natureza que Davidson funda sua teoria dos acontecimentos, com a qual ele contraria as concepções herdadas de Frege que vinculam toda referência proposicional à atribuição de propriedades aos objetos: há propriedades e categorias, mas há também o que Davidson vai chamar de acontecimentos [denominados e], entidades ontológicas de um novo tipo, caracterizadas por suas circunstâncias e que não podem ser tomadas por propriedades pelo fato de serem indefinidamente variáveis conforme a dimensão da descrição escolhida. Davidson e seus sucessores hesitam, sem dúvida, quanto a saber se o tipo “e” concerne a todos os verbos ou apenas àqueles que referem a fatos. Eles fazem, no entanto, a demonstração de que não é possível reduzir tudo a uma lógica de classes. Uma dupla lógica é necessária, aquela das classes com propriedades variáveis, mas também aquela dos cenários determinados por circunstâncias com escala variável.

### **2.3.3. O DESPREZO PELA LÓGICA DOS TIPOS**

Há um último argumento a ser considerado em prol de uma forte diferenciação entre nomes e verbos no que diz respeito aos mecanismos referenciais em jogo. Trata-se de uma forma de confusão característica dos verbos, difícil de ser gerenciada em um processo rigoroso de elaboração de uma teoria da referência verbal. Com os verbos, perdem-se as distinções elementares que fundam uma lógica dos tipos, entre indivíduos e propriedades desses indivíduos, entre propriedades e descrições dessas propriedades, entre indivíduos e noções que esses indivíduos instanciam.

Deste fato, apontaremos dois sintomas, verificados em dois quadros teóricos diferentes. De um lado, no âmbito da Teoria das Operações Enunciativas elaborada por Culioli, percebe-se que os “processos” (ou o que assim se denomina) violam uma das distinções fundamentais da teoria, a saber, aquela que opõe ocorrências e noções e que organiza a subteoria dos domínios nocionais: o termo processo designa indiferentemente, dependendo da circunstância, ora uma ocorrência particular de processo, ora a categoria geral, qualitativamente diferenciada, que determina a forma dessas ocorrências particulares (fala-se em um determinado processo de *dormir*, ou do processo de *dormir* em geral, encontrando-se a dificuldade de denominação assinalada pela inabilidade da formulação); em outras palavras, o que denominamos processo é, conforme o caso, uma ocorrência ou a noção associada a esta ocorrência. Não acreditamos que uma tal confusão possa ser admitida no caso dos nomes,

para os quais a distinção entre noções e ocorrências dessas noções é rigorosa e não traz nenhuma dificuldade.

Encontramos, por outro lado, um mal-estar da mesma natureza nos trabalhos de semântica formal que se inscrevem no campo inaugurado por Davidson, onde os modelos hesitam, de modo recorrente, em afirmar se os verbos designam acontecimentos ou a descrição destes acontecimentos através das propriedades de seus acontecimentos.

É como se, com os verbos, fosse preciso abandonar uma lógica de conjunto, com, de um lado, elementos e, de outro, conjuntos os reagrupando a título de propriedades comuns. Ao invés disso, encontramos-nos no que seria visto, sobretudo, como uma lógica dos componentes, com “eventualidades” formadas de circunstâncias em número indefinido, que são, cada uma delas, uma descrição possível de algum subcomponente da eventualidade inicial, e que são, portanto, ao menos virtualmente, do formato das eventualidades: trata-se de uma simples diferença de escala e não mais uma diferença de tipo<sup>23</sup>. Isto nos impede de imaginar que poderíamos chegar a decompor, de maneira finita, estes “casos” em seus constituintes elementares. Com os verbos, encontramos-nos em uma referência de textura indefinidamente contínua.

Tudo isto vai ao encontro da diferença entre nomear e dizer da qual partimos: nomear consiste em interromper a singularidade indefinida das entidades, para vinculá-las a uma categoria definida, reunindo outras entidades; dizer inscreve-se na dinâmica inversa, em que se trata de captar as entidades na sua singularidade indefinida, dinâmica que é certamente sem fim, pois não há termos discretos passíveis de interrompê-la, que seriam os ingredientes constitutivos do que procuramos dizer. Podemos apenas esboçar, em grandes linhas, o cenário que organiza a situação que buscamos dizer.

#### **2.4. A HIPÓTESE DO ESQUEMA DE LEXIS, OU O FORMATO DO DIZER**

Na parte 2.3., mostramos que a referência verbal vem de uma lógica que opera por desenvolvimento de cenários mais do que pela inscrição em categorias, lógica que é a do dizer e da descrição. Mostramos isso, de um lado, recorrendo à intuição dos mecanismos referenciais em jogo, de outro, apoiando esta intuição em um certo número de provas empíricas<sup>24</sup> (resistência dos verbos às leituras extensionais e às substituições *salva veritate*,

---

<sup>23</sup> Percebemos que a configuração tem características daquilo que é descrito como estruturas fractais.

<sup>24</sup> Recorrendo também a um argumento de autoridade, já que o percurso consistia a refazer os passos de Davidson.

bem como afinidade destes com as decomposições circunstanciais). E explicamos este comportamento referencial particular dos verbos pelo vínculo que os relaciona às proposições, vínculo argumentado em 2.1. e 2.2. Falta-nos, entretanto, uma ferramenta para avaliar esta particularidade, sendo nosso objetivo conseguir compreender em que os ditos cenários se distinguem de relações argumentais comuns a ponto de ficar fora do que seria a lógica categorial da referência nominal.

O fato é que estes cenários não devem ser entendidos como relações argumentais comuns, mas como tipos de representações dessas relações. Além do mais, não são as relações em questão que, enquanto tal, são características das configurações verbais: os nomes assim como os verbos se vêm associados a um feixe de argumentos que eles organizam. Independentemente do modo pelo qual se diversifica a classe de suas ocorrências, teremos notado que *départ* nem por isso deixa de mobilizar aproximadamente os mesmos argumentos que *partir*. E podemos argumentar que isso não diz respeito apenas aos deverbais: a teoria das formas esquemáticas elaborada em torno dos trabalhos de Antoine Culioli sustenta que se tem aqui uma propriedade geral das unidades lexicais, válida para a maioria delas, e que não distingue as categorias gramaticais.

Resta ainda o fato de o cenário que se desenrola com os verbos ser algo mais do que um simples relacionar argumentos, e isso pelo motivo de ter um formato, o que lhe confere a proposição. Sem dúvida, o cenário se serve da forma esquemática que é lexicalmente associada a cada verbo específico para organizar os referentes dos constituintes nominais que ele integra à proposição, mas não se limita a referir a esta forma organizada; o cenário decorre de uma operação que é a que se dá à escala da proposição e que consiste em elaborar uma descrição da organização em questão. Em outras palavras, o cenário difere de um simples esquema de organização por uma dimensão simultaneamente dinâmica, construída e integrativa.

Para apreender qual pode ser o formato desta elaboração e tomar conhecimento da operação da qual decorre, deve-se elucidar a estrutura do que foi até aqui designado como proposições.

Creisseils, quando apresenta o que denomina expressões frásticas, não diz precisamente qual deve ser sua estrutura, já que prefere fazer passar sua proposta por uma caracterização externa ao não encontrar *a priori* critérios internos que lhe pareçam suficientemente convincentes. Tal caracterização externa é, no entanto, particularmente interessante: a idéia é que a unidade frástica seria reconhecida pelo fato de poder ser objeto de uma “elaboração enunciativa” (p.35) própria a “inseri-la de modo determinado em um

processo de interação entre os parceiros da enunciação” (p.34); a partir daí, ela terá por propriedade a inscrição em um campo de variação correspondente ao conjunto de suas elaborações enunciativas possíveis e, portanto, a um número equivalente de paráfrases ou de modalizações; por fim, é unidade frástica o que dá lugar à paráfrase<sup>25</sup> ou à modalização.

Uma tal caracterização encontra uma ressonância no âmbito da teoria culioliana das operações predicativas e enunciativas no conceito de léxis. A léxis é, neste quadro teórico, o que vem tomar o lugar do dictum ou “conteúdo” das teorias modais tradicionais; diferentemente do conteúdo, ela remete, não ao dito, mas a um dizível, e define-se consequentemente em termos de potencial enunciativo, gerador de toda uma família parafrástica. Vemos que a abordagem é a mesma de Creissels, exceto pelo fato de que a expressão frástica de Creissels será uma das paráfrases, enquanto a léxis é o potencial a partir do qual todas as paráfrases foram elaboradas.

Ora, a Teoria das Operações Enunciativas formula a hipótese sobre o modo como uma léxis é estruturada ao propor que esta se organiza a partir do que designa como um “esquema de léxis”, que consiste num esquema com três posições  $\langle \xi_0, \pi, \xi_1 \rangle$ , descritas respectivamente como o ponto de partida da relação, relação predicativa e ponto de chegada<sup>26</sup>. O estatuto dessas posições não é absolutamente claro, em parte, sem dúvida, porque é variável, como veremos na última seção<sup>27</sup>. O que, em compensação, não varia, é seu número. Este número é extremamente importante por ser o que restringe a proposição e por pretender definir o seu formato, independentemente do número de constituintes nominais ou outros que esta proposição comporta. Este número proíbe, em todo caso, de interpretar  $\xi_0$  e  $\xi_1$  como lugares de argumentos ou posições de constituintes nominais na proposição, já que nada obriga a limitá-los, uns e outros, a dois.

Se o esquema de léxis é o que define o formato de uma proposição, é preciso que suas posições correspondam a uma estrutura que só pode ser encontrada em uma proposição, e não, por ex., em um constituinte nominal. Ora, em um constituinte nominal, podemos perfeitamente ter uma relação predicativa com vários argumentos e/ou vários complementos

---

<sup>25</sup> Notemos que para que este critério das paráfrases seja eficaz, é preciso admitir que só há paráfrase de proposições, e que os grupos nominais (ou os grupos verbais, ou outra subestrutura das estruturas frásticas) não dão origem a este tipo de manipulação. O fato é que os grupos nominais se prestam, sem dúvida, a reformulações e perífrases, mas estas, que consistem em mudar o léxico implicado, não consistem em modificar as posições enunciativas.

<sup>26</sup> Ver Culioli, 1999.

<sup>27</sup> O que é claro, contrariamente a determinadas interpretações que foram dadas, é que o esquema de léxis não concerne toda unidade lexical, mas fornece o modo de estruturação do dizer a partir do qual se elaboram os enunciados, e, portanto, o que descrevemos aqui como proposições. É ainda mais claro que, para descrever o esquema argumental próprio a uma unidade lexical, a teoria dispõe de uma outra ferramenta: a das formas esquemáticas.

(quando complementos exteriores à forma esquemática foram introduzidos por via de preposições). Em compensação, não temos os chamados complementos diretos, e, especificamente, não temos sujeito. Ademais, isso corresponde a duas diferenças interpretativas decisivas separando constituintes nominais e constituintes frásticos. De um lado, os segundos inscrevem-se em uma forma de *timing*, que é o da operação predicativa efetuada, para articular o sujeito com o resto do constituinte frástico; os primeiros, por sua vez, tomam a relação predicativa inteiramente constituída como se o histórico tivesse sido apagado. De outro lado, a operação predicativa em jogo nos constituintes frásticos depende necessariamente de uma forma de identificação, entre sujeito e predicado, enquanto que os constituintes nominais são o lugar de determinações e de especificações variáveis trazidas pelos complementos, pelos epítetos ou por outras formas de predicação (relativa, apositiva, completiva etc.), sendo cada uma destas determinações e especificações, por natureza, demasiadamente parcial para poder originar uma identificação.

Dispomos, por conseguinte, de três características que podemos considerar como definitórias das construções frásticas, e que parecem ser efetivamente o que o esquema de léxis descreve: a) desenvolvimento de uma temporalidade predicativa que consiste em b) distinguir um ponto a partir do qual a operação predicativa é efetuada (o ponto de partida  $\xi_0$ ), que é o que corresponde ao sujeito<sup>28</sup>, e, ainda, em c) identificar esse ponto de partida com o predicado, que é o ponto  $\xi_1$  ao qual conduz a operação predicativa, que corresponde ao restante da proposição, e que constitui o valor referencial construído, o que Creissels descreve como uma certa conceitualização da eventualidade envolvida.

Veremos abaixo que, na verdade, falta ao menos uma característica. Ocorre que esta primeira teoria do esquema de léxis, que se apoia crucialmente na diferença entre constituintes nominais e constituintes frásticos, não poderia enquanto tal ser generalizada a toda unidade lexical. Ela permite, ao contrário, definir o formato (o *timing*) do que é uma proposição, precisando, ao mesmo tempo, o que diferencia os nomes dos verbos. Ela permite, em particular, fornecer um primeiro conteúdo ao que descrevemos no início desta seção como o cenário verbal: no caso, nos encontramos em um cenário em dois tempos, com o ponto de partida que deve ser distinguido, e, logo após, esta identificação, que, ao mesmo tempo, sanciona o que pode constituir o avanço da mensagem em termos de conteúdo (não há proposição sem progresso) e relativiza o avanço, dado como uma simples reidentificação, ao

---

<sup>28</sup> Podemos relacionar o fato de Creissels não dar formato às suas expressões frásticas ao fato de ele não fornecer, de início, a definição de sujeito, definição esta que só introduz mais tarde, numa outra ocasião: esta função ter-lhe-ia sido necessária para poder explicitar o que têm em comum todas as expressões frásticas, além de sua variabilidade.

término da qual o termo de partida se vê simplesmente transformado (a proposição só faz girar ao redor de seu sujeito, ruminar sempre a mesma coisa, a saber, o que faz a identidade do sujeito em jogo, identidade construída, reconstruída, dita e redita).

É interessante constatar que é finalmente em termos de temporalidade que o verbo é, ao menos parcialmente, definido como nas teorias mais tradicionais (e mais recorrentes), salvo, no entanto, que se trata de uma outra temporalidade: não aquela que corresponde ao modo como os acontecimentos se encadeiam, mas uma temporalidade predicativa, que é aquela pela qual se mede o tempo do dizer. Verifica-se que ela procede de uma forma de evolução muito menos linear: de avanço em reidentificação, ela lembra o que os costureiros denominam um ponto de juntura, que avança e volta, para reidentificar e transformar. É o que fariam os verbos: fazer avançar o dizer, ao ritmo da juntura, com movimentos de reidentificações pelos quais se dá o que os especialistas da referência discursiva descrevem como uma identidade evolutiva.

Compreendemos melhor a que vêm os verbos, a partir do momento em que as teorias da eventualidade, que pecam, sem dúvida, por seu estatismo, são reinscritas neste tipo de dinâmica do discurso em construção. Que exista este duplo movimento de evolução e de reidentificação permite, em todo caso, compreender a razão pela qual o cenário verbal desenvolve uma lógica que não é categorial: o verbo não inscreve em uma categoria (nem seu referente, nem o referente de seu sujeito, ou aqueles dos diferentes constituintes nominais que o cercam), ele reidentifica, o que não é da competência de uma mudança de tipo (ocorrência/noção, indivíduo/categoria), mas, sobretudo, de uma transformação, ou mesmo de algum jogo de aparências no qual o sujeito é o que o predicado faz dele, antes de se tornar ainda outra coisa. Vamos do sujeito ao sujeito, de uma identidade a uma outra identidade, e compreendemos então que as identidades em questão são decisivas e não podem se fundir nas categorias que as recobrem.

O raciocínio precedente não explica, em compensação, que, no lugar da lógica categorial, se desenvolva esta lógica que descrevemos como aquela das mudanças de escala, na qual as eventualidades se decompõem indefinidamente em circunstâncias que são tantas quantas forem as eventualidades virtuais compondo as primeiras, mas dotadas da mesma estrutura a uma escala inferior. É a noção de circunstância que falta à caracterização que demos para o esquema de léxis, noção essencial para fazer compreender este movimento em cadeia onde as circunstâncias são reduplicadas. A circunstância como sinuosidade, posto que se admite a existência de várias sinuosidades para se chegar ao mesmo ponto: sinuosidades para chegar à identificação operada. Ora, a circunstância à qual nos referimos é também o que

dá “espessura” ao que descrevemos como um cenário, que, efetivamente, não pode se limitar a dois tempos, o da introdução de um ponto de partida e o da passagem ao ponto de chegada: o que a proposição conta não se resolve por uma mudança de máscara. O modo pelo qual se opera a mudança introduz um terceiro tempo, que é o tempo da própria identificação antes que ela seja concluída.

Constata-se que este terceiro tempo, o da circunstância, tem seu lugar no esquema de léxis definido por Culioli, já que este é constituído de três lugares,  $\xi_0$ ,  $\xi_1$ , mas também  $\pi$ , que é a relação predicativa. E a relação predicativa é justamente o que diz como opera a identificação. É, portanto, ela que define as circunstâncias, que confere ao cenário sua espessura ao distinguir entre o tempo do protagonista e o tempo de sua reidentificação, o tempo onde esta reidentificação foi elaborada.  $\pi$  corresponde, definitivamente, ao que seria o instante em que a juntura se efetiva, sendo este decisivo para caracterizar o ponto em questão.

Reconhecemos, assim, uma forma de evidência no esquema de léxis: a relação predicativa que se constitui é definitiva da predicação operada. Entretanto, esta evidência estabelece as condições de seu movimento em cadeia: ela consiste em definir a predicação pela predicação. E, de fato, se tínhamos esquecido  $\pi$  no interior do esquema, é porque tínhamos o sentimento de que ele era o próprio esquema:  $\pi = \langle \xi_0, \pi, \xi_1 \rangle$ . O que torna possível este efeito de duplicação é o fato de que os dois  $\pi$  não são exatamente os mesmos: o segundo não é apenas o pôr em relação de  $\xi_0$  e  $\xi_1$ , mas uma descrição desta relação, que, precisamente, se contenta em fornecer certas circunstâncias desta relação. Evita-se assim a circularidade, mas não se evita o movimento em cadeia, pois conceber  $\pi$  como uma descrição, é lhe conferir também o estatuto de uma léxis pelo menos virtual.

Em outras palavras, o que indica esta terceira posição  $\pi$  é, na verdade, o ponto onde a léxis pode ser relacionada a outras léxis, que determinam as circunstâncias da relação construída. Ao fazer isso, elas, ao mesmo tempo, fundam a léxis de partida e a desenvolvem<sup>29</sup>. A fórmula do esquema de léxis pode ser reescrita para tomar uma forma virtualmente recursiva:

$$\lambda = \langle \xi_0, \lambda', \xi_1 \rangle = \langle \xi_0, \langle \xi_0', \lambda'', \xi_1' \rangle, \xi_1 \rangle = \langle \xi_0, \langle \xi_0', \langle \xi_0'', \lambda''', \xi_1'' \rangle, \xi_1' \rangle, \xi_1 \rangle = \dots$$

Nesta formulação, no potencial de reduplicação por ela aberto, é dita a decomponibilidade indefinida das eventualidades em circunstâncias que as determinam: as eventualidades são indefinidamente decomponíveis em eventualidades que, por sua vez, são

<sup>29</sup> Sabemos que este desenvolvimento ao infinito pode se materializar através de explicitações e de glosas, que reduplicam as léxis ao explicitar o tecido, ele próprio, indefinido das circunstâncias compondo uma eventualidade.



elas próprias decomponíveis, porque as próprias léxis são indefinidamente reduplicadas em subléxis virtuais que, indefinidamente, as fundam<sup>30</sup>. Podemos concluir que a fórmula do esquema de léxis, enquanto figura de seu movimento virtual em cadeia via  $\pi$ , basta efetivamente, por si só, para dizer a estrutura referencial própria dos verbos tal como pudemos descrever em 2.3.

## 2.5. TEORIA DA IDENTIDADE LEXICAL: A TRIPLA IDENTIDADE DE UM VERBO PARTICULAR

Admitimos, então, que todo verbo, posto que é um verbo, vê seu modo de funcionamento caracterizado pela estrutura que o esquema de léxis define<sup>31</sup>. Ao mesmo tempo, enquanto unidade lexical singular, ele é determinado pelo que denominamos sua forma esquemática, que lhe é inteiramente própria, e que descreve simultaneamente seu funcionamento linguístico e ao que ele refere. Em caso algum, podem esquema de léxis e forma esquemática coincidir, porque eles não procedem dos mesmos princípios de estruturação: em particular, o primeiro tem três lugares e três tempos, enquanto o número de posições argumentais convocados pelo segundo é suscetível de variar de uma unidade à outra. Temos, simplesmente, entre estes dois níveis de identificação, trocas convenientes, quando o segundo fornece ao primeiro aquilo que define a relação predicativa em jogo na léxis, e quando o primeiro fornece, em contrapartida, sua dinâmica, para restituir a temporalidade e a espessura do gesto referencial que o segundo descreve<sup>32</sup>.

Entretanto, a identidade do verbo não se reduz a estes dois níveis. Há um terceiro nível, que será para um dado lexema geralmente variável: é aquele dos constituintes atuais com os quais o verbo pode se encontrar empregado. Os distribucionalistas tradicionais tendem a considerar que a identidade de uma unidade reside neste nível. Se desenvolvemos os outros dois, é precisamente porque este terceiro nível não corresponde a nada disso: a identidade de

---

<sup>30</sup> Notaremos que neste movimento em cadeia também está selado o que faz a estrutura temporal da predicação, constituída, não apenas de dois tempos (tempo da partida, tempo da chegada), nem mesmo de três (com o tempo de reidentificação entre os dois), mas de um verdadeiro segmento temporal entre os dois momentos da introdução e da conclusão, que, se não tem necessariamente a estrutura de um intervalo realmente contínuo, não se decompõe em séries de dois pontos próprios a desenvolvê-lo, podendo seu motivo ser, então, infinitamente reiterado.

<sup>31</sup> Observar que o princípio do movimento em cadeia permite que se considere utilizar também o esquema de léxis para os diferentes deverbais: queremos dizer, por ex, que, ainda que a base *fil/fil-* não seja *a priori* verbal ou nominal, o sufixo *-age* faz desta base um verbo, e, portanto, realiza um esquema de léxis. *-ment* e *-age* seriam fabricantes de léxis. Com base em um princípio desta ordem, deveria ser possível considerar a derivação em geral, e a derivação verbal em particular, como um mecanismo de desenvolvimento dos esquemas de léxis, permitindo as mudanças de escala e reduplicar, consequentemente, a dimensão da descrição. E as glosas que as proposições de nominalização escondem são como o desenvolvimento indefinido das mudanças virtuais de escala destas proposições.

<sup>32</sup> Culioli fala aqui de “gesto mental”.

um item lexical não se mede pelo seu meio textual efetivo, já que este meio textual pode variar, não apenas no que se refere a seus componentes, mas, inclusive, na sua estrutura, integrando a maioria dos verbos várias subcategorias de construção. Este meio textual é variável, mas nem por isso é qualquer: para cada unidade, podemos determinar o que vai constituir o repertório de suas construções possíveis, sendo este repertório constitutivo do que define a identidade da unidade em questão. Além disso, entre este nível do repertório e os dois outros, devem também existir procedimentos de troca, na medida em que, pelo menos, podemos supor que o repertório é, em parte, determinado pela forma esquemática que representa o que constitui a singularidade da unidade considerada: de um modo ou de outro, espera-se que os complementos efetivos desta unidade estejam condicionados a “seguir os passos” dos argumentos de sua forma esquemática.

Chegamos, deste modo, a três níveis de estruturação, participando, todos três, cada qual com sua especificidade, da definição do que faz a identidade de uma unidade lexical da categoria dos verbos. Conscientizar-se destes três níveis de estruturação permite compreender por que um verbo não se mede nem por seu meio textual efetivo, nem por seu potencial argumental, mas por essa representação do dizer que o esquema de léxis define. Isso permite também compreender que as modalidades de organização das sequências linguísticas se desenvolvem em vários níveis, que estão, sem dúvida, em interação, mas que são, antes de mais nada, disjuntos. E isto supõe que a sintaxe consista em um jogo mais complexo do que o previsto, em que entram todos esses níveis, e em que, por exemplo, um mesmo objeto pode ser, simultaneamente, descrito como um argumento, como um constituinte e como o ponto de partida na configuração do dizer, sem que essas três descrições sejam, a qualquer custo, homogêneas. Destes três níveis, um único é comum a todos os verbos: o nível do esquema de léxis, que especifica a maneira pela qual os verbos, quaisquer que sejam, se vêm intervir no fabricar do dizer.

### **3. EFEITOS DE DIVERSIFICAÇÃO**

Partindo do princípio comum de que um verbo se inscreve num esquema de léxis, encontramos todo o tipo de verbo, alguns mais temporais, outros mais causais, outros mais predicativos, etc. Subjaz a ideia de que esta variação, em vez de proceder apenas de distintos tipos semântico-cognitivos independentemente determinados, decorre de um cálculo formal, deduzível da própria forma do ‘dizer’, e das operações interpretativas fundamentais que organizam esse ‘dizer’. É esse cálculo o que pretendemos descrever. O nosso trabalho

consistirá, por um lado, em incorporar, de modo sucessivo, três grandes princípios de diversificação estabelecidos na literatura sobre os verbos e, por outro lado, em mostrar como estes princípios podem remeter para uma variação geral sobre a organização do ‘dizer’.

### 3.1. O DOMÍNIO DOS ASPECTOS: EVENTUALIDADES DE NATUREZA QUALITATIVA E QUANTITATIVA

O aspecto lexical, já tratado por nós ao apresentar a teoria da eventualidade, é um dos parâmetros bem estudados que se encontram na origem de uma diversificação dos tipos de verbos. É, em particular, responsável pelas grandes oposições no seio do domínio, entre, por ex., verbos de referência mais processual, de referência mais estática e de referência mais progressiva. A questão está em saber se estas grandes oposições são relativas a categorias cognitivas autônomas, ou se podem ser relacionadas a diferentes modos de organização do ‘dizer’.

Primeiramente, observemos o fato de que a análise das categorias aspectuais dá lugar a flutuações verificadas entre os diferentes autores e também entre as diferentes perspectivas, o que se manifesta na terminologia, mas, sobretudo, no próprio número de categorias distinguidas, por vezes reduzidas a duas (perfectivo/imperfectivo ou culminado/não culminado), outras vezes a três, ou a quatro, sem contar com as diversificações múltiplas que podem resultar da *Aktionsart*, e sem contar com a diferenciação caso a caso, que pode conduzir a considerar que cada verbo tem, no plano aspectual, um comportamento estritamente particular. Uma tal situação sugere que, mais do que situar-se a favor de uma ou outra forma de categorização, é preferível reconstituir, à maneira de Van Valin, o cálculo que produz uma tal reduplicação.

Em segundo lugar, os valores aspectuais obtidos são, definitivamente, pouco determinados no nível lexical, mas dependem fortemente da construção sintática em que o verbo se inscreve e do tipo de texto em que intervém. Isso pode ser constatado por meio de três grandes categorias que Bach assume e que correspondem mais ou menos a três das quatro categorias de Vendler, as quais sustentaremos aqui que constituem, de fato, as três figuras primitivas a partir das quais se define todo o campo desta variação. Trata-se das categorias que Vendler designa respectivamente como as categorias de *état* [estado], *activité* [atividade] e *accomplissement* [processos culminados<sup>33</sup>] (*achèvement* [culminação] como processo

---

<sup>33</sup> [Nota dos trad.] “Processos, processos culminados, culminações e estados” é a tradução dada por linguistas portugueses para os termos *activities*, *accomplishments*, *achievements*, *states*, inicialmente propostos por

culminado de modo instantâneo irá se apresentar, para os nossos critérios, como uma combinação passível de ser deduzida das outras categorias)<sup>34</sup>. Vendler associa estas categorias a uma série de critérios (compatibilidade com diversos auxiliares aspectuais, como *finir de* [acabar de] ou *être en train de* [construção em gerúndio (PB) ou com ‘estar a’ (PE)], que serão os mais discriminantes; compatibilidade com o adverbial de duração em *en* [em]<sup>35</sup>; modalidades de interpretação da negação, de forma particular em associação com o *passé composé*, em que a negação pode marcar ora um valor contrário, ora a ausência ou o fracasso), critérios esses a que se pode acrescentar, em francês, a interpretação do *passé composé*, conforme este remete a um tempo desaparecido (*je l’ai su* / eu soube), a um fato passado (*il a écrit des lettres* / ele escreveu cartas) ou a um acabado/culminado (*il a écrit la lettre = elle est écrite*/ele escreveu a carta = a carta está escrita), combinando-se a totalidade dos critérios conforme exposto no quadro abaixo:

Estado	Atividade	Processo culminado
* <i>être en train de</i> [construção em gerúndio (PB) ou com ‘estar a’ (PE)]  <i>ne pas</i> [não] = contrário <i>passé composé</i> = volvido	<i>être en train de</i> [construção em gerúndio (PB) ou com ‘estar a’ (PE)]  * <i>en</i> * <i>finir de</i> <i>ne pas</i> [não] = ausência <i>passé composé</i> = fato passado	<i>être en train de</i> [construção em gerúndio (PB) ou com ‘estar a’ (PE)]  <i>en</i> <i>finir de</i> <i>ne pas</i> [não] + <i>passé composé</i> = fracasso <i>passé composé</i> = acabado/culminado

Que a classificação não seja fundamentalmente de ordem lexical manifesta-se, de forma particular, no fato de acontecer que os verbos pertençam a mais de uma categoria<sup>36</sup>. Um exemplo possível desta variação é o que propomos abaixo como (1), onde se constata que a mudança de categoria é acompanhada, por outro lado, por uma modificação do valor do verbo que não é de todo irrelevante (de *être alcoolique* [ser dependente de álcool] a *se désaltérer* [beber por prazer], passando por *ingurgiter/resorber* [engolir/absorver]):

- (1) (a) *Il a bu mais il ne boit plus.*

---

Vendler (cf. Mateus *et alii*, 2003, *Gramática da língua Portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho).

<sup>34</sup> Como frequentemente observamos no caso de outras denominações a que se recorre neste campo, também estas são pouco satisfatórias: não é satisfatório chamar ‘estados’ às eventualidades que são habitualmente dadas como não transitórias (acontece que se utiliza, como teste identificador, a incompatibilidade com *cesser de* [cessar de]), como a que se refere a *savoir* [saber], dado como prototípico desta categoria; é pouco satisfatório chamar ‘atividades’ às eventualidades que podem ser manifestamente não ativas, como é o caso de *pleuvoir* [chover].

<sup>35</sup> A compatibilidade com *pendant* [durante] não será considerada neste quadro, na medida em que, como demonstraremos adiante, este fato decorre de outro plano de diversificação.

<sup>36</sup> De acordo com as teses sobre a variação lexical desenvolvidas no quadro da Teoria das Operações Enunciativas (ver *Linx* 50, por exemplo), mas também em diversas teorias cognitivas do sentido, esta será mesmo uma das causas privilegiadas da polissemia, induzindo aquilo que é descrito como uma polissemia regular.

- [Ele bebeu, mas não bebe mais.]  
 (b) *Hier soir, ils ont dansé et ils ont bu.*  
 [Ontem à noite, eles dançaram e beberam.]  
 (c) *Ça y est, il a bu son biberon.*  
 [Pronto, ele bebeu sua mamadeira.]

Devido a fatos do tipo aqui ilustrado, um linguista como Verkuil pôde sustentar que as categorias aspectuais são determinadas, não no nível das unidades lexicais, mas no nível da totalidade do grupo verbal: o contraste entre processos culminados e atividades depende frequentemente da natureza mais ou menos definida do complemento de objeto do verbo. O problema é que não se sabe se é possível se restringir ao grupo verbal. Existem outras diferenças que mobilizam outros elementos da estrutura frástica: por exemplo, em (a), o fato de ser construída uma oposição entre dois predicados; ou em (b), o fato de o enunciado ser introduzido por um adverbial que define o enquadramento. Na verdade, não se sabe nem mesmo se é possível se restringir à sintaxe, pressupondo que o essencial provenha de restrições que são, sobretudo, de ordem discursiva e relativas ao processo do qual procede a predicação.

Daremos uma primeira indicação de tais restrições discursivas por meio do contraste ilustrado em (2). Trata-se do modo como várias eventualidades podem se articular entre si, conforme se insiram em uma ou outra das três categorias: constata-se, deste modo, que os “estados” se acumulam (a), enquanto que as “atividades” terão tendência a simplesmente se justapor (b), e os “processos culminados” se encadeiam uns na sequência dos outros (c):

- (2) (a) *Il a bu e il a fumé pendant des années.*  
 [Ele bebeu e fumou durante anos.]  
 (b) *Hier, il a bu et il a fumé.*  
 [Ontem, ele bebeu e fumou.]  
 (c) *Il s'est levé, il a bu et il a fumé.*  
 [Ele se levantou, bebeu e fumou.]

Na verdade, parece que a relação se dá no sentido inverso: uma lógica cumulativa força a eventualidade do lado do estado, uma lógica da justaposição a reduz à imagem da atividade, e uma lógica do encadeamento parece bastar para que haja um processo culminado. Deduz-se disto que a variação depende de fato das modalidades gerais de organização discursiva do contexto.

O problema consiste, no entanto, em conseguir caracterizar as configurações implicadas: no exemplo (2), (a), (b) e (c) relatam fatos, e podem se inscrever em um tipo narrativo. Isso não impede que as diferenças sejam importantes: (2a) confere ao sujeito propriedades (ser dependente de álcool, ou, pelo menos, fazer parte do grupo dos que bebem; ser fumante, ocasional ou inveterado), que valem globalmente, sem que possamos deduzir

grande coisa quanto aos detalhes e à frequência com que se “passa ao ato”: ocasional ou inveterado, não se trata, em todo caso, de um fumar ou um beber que acontece. Ao contrário, (2b) pretende atestar que se “passa ao ato” sem que alguma conclusão seja tirada quanto às qualidades que poderiam ser inferidas. E (2c) inscreve esse “passar ao ato” em uma dinâmica temporal vinculada à obtenção de resultados (ele bebeu o que pretendia beber). Constatamos ainda que a temporalidade não é a mesma, organizando-se por períodos em (a), por momentos em (b), por avanços em (c). E a essas diferenças de ordem referencial encontram-se vinculadas às diferenças sintáticas evocadas acima: de modo geral, (a) inscreve-se em um padrão sintático que é o da predicação categórica, GN – GV; (b) inscreve-se em um outro padrão, mais característico da predicação tética, e que associa fundamentalmente uma estrutura de uma única parte (próxima da que se encontra em construções do tipo *há*) com uma localização qualquer; e faz sentido considerar que (c) desenvolve um padrão sintático que teria três partes, com SVO como protótipo, e V reduzido ao papel de operador na transição em direção a uma finalidade qualitativa que organiza a predicação e é dela objeto<sup>37</sup>.

Vemos aqui que é o próprio modo de estruturação do esquema de léxis (cf. 2.4.) que está em jogo, em particular com a dissociação que tanto nos ocupou entre  $\pi$  e  $\xi_1$ , uma dissociação que só está clara na configuração (c), em que a temporalidade referencial e a predicativa coincidem. Em (a) e (b), tudo se passa como se  $\xi_1$  e  $\pi$  (i.e. a identificação e a predicação) deslizassem um sobre o outro, mas não no mesmo sentido: em (a), é  $\pi$  que determina  $\xi_1$  e o funda em sua especificidade qualitativa (“o que ele era, é que ele era alguém que bebia, a quem acontecia beber”); em (b),  $\xi_1$  se reduz a  $\pi$  e às circunstâncias que ele descreve (“o que houve, é que houve alguém que bebeu”). E isso deve-se ao fato de que  $\xi_1$  é qualitativo em (a), enquanto que designa exatamente em (b) o que, na linguagem comum, denomina-se uma circunstância, “algo que aconteceu”: uma oposição que recobre, no nível do tipo de referente, o que denominamos em termos mais técnicos, uma qualidade para o  $\xi_1$  de (a) e uma quantidade para o  $\xi_1$  de (b).

---

<sup>37</sup> Isso significa que, se tivermos razão, os debates que, há tempos, dividem os estudiosos de sintaxe entre os partidários do esquema hierarquizado GN-GV e os partidários das estruturas SVO são nulos e inexistentes: os dois teriam razão, seus argumentos seriam, nos dois casos, válidos, a origem da diferença consistindo no fato de que eles não falam dos mesmos dados e, no caso, das mesmas configurações enunciativas. Sem falar dos defensores mais minoritários das estruturas organizadas apenas em torno do verbo (estrutura em uma única parte), conforme o modelo dos impessoais, com, em posição deslocada, os GN dando origem ao enquadramento qualitativo da eventualidade descrita: pensamos aqui nos modelos da sintaxe do oral (*Paulo, o irmão dele, ele falou com ela, com a tua irmã*) ou nas análises de Benveniste sobre a terceira pessoa, em que *O pássaro voa* deve se analisar como *Ele voa, o pássaro*, “o sujeito não [fazendo] nada mais do que acrescentar em aposição uma precisão [...]”. Estes exemplos descreveriam simplesmente o que é, na verdade, a sintaxe da predicação tética.

Observam-se divergências profundas que se referem aos fundamentos da atividade predicativa, por mais difíceis que elas sejam de formular; divergências que trazem, ainda, consequências empíricas, estas visíveis, já que são estas que ocupam os aspectólogos desde o início das considerações sobre o aspecto. O exame destas consequências mostra que elas dizem respeito, primeiro, à natureza referencial da eventualidade em questão. É uma eventualidade qualitativa em (a), o que explica a incompatibilidade com *être en train de* [construção em gerúndio (PB) ou ‘estar a’ (PE)] e o fato de que (2a) não descreve um momento particular, mas uma qualidade do sujeito. É, por outro lado, em (b), um fato no sentido estrito, logo, uma eventualidade quantitativa, o que explica que a negação tenha valor de ausência. E, em (c), tem-se ao mesmo tempo um fato e um efeito qualitativo relacionado a este fato que determina a sua finalidade e que funda a validade da predicação efetuada, o que significa dizer que a eventualidade é definida nos dois planos, quantitativo e qualitativo.

Essas diferenças referenciais, entre qualidade e quantidade, são a chave do que opõe as três configurações, tanto no plano discursivo, quanto no sintático e no interpretativo. Sem dúvida, há outras diferenças entre as três categorias aspectuais distinguidas por Vendler ou Bach, mas vamos mostrar que elas estão situadas em um outro plano, com o qual este foi confundido: assim, no que toca ao caráter supostamente estativo de (a), em que vimos que ele não concerne todos os casos reunidos em (a) (com *savoir* [saber] que não é um estado, mas justamente uma qualidade); também no que toca ao caráter processual de (b), que não se pode, sem dúvida, explicar só pela dimensão quantitativa do que é descrito, mas cuja dimensão iremos mostrar não ser necessária. Por fim, esse caráter processual não é o que é posto em jogo nos testes de Vendler para (b), que se limitam, na verdade, a testar o caráter transitório, factual e não finalizado da eventualidade em questão.

### **3.2. ENTRE ASPECTO E DIÁTESE: VARIAÇÃO SOBRE O MODO COMO A EVENTUALIDADE SE APLICA A SEU SUJEITO**

É importante observar que as questões aspectuais encontram ecos em análises que *a priori* se situam no exterior dos domínios da aspectologia, ainda que tratem de um problema afim, o da semântica dos predicados. Assim, vimos em 2.3. que Davidson tinha defendido, pelo menos para certos tipos de predicado, a necessidade de se considerar que eles pudessem se referir, não a categorias de objetos, mas diretamente a acontecimentos. Está claro que esta oposição, embora diga respeito à natureza referencial do predicado e se integre no quadro geral de uma semântica das proposições, remete a diferenças de natureza aspectual, parecendo

muito próxima das distinções que opõem, por ex., os estados de Vendler e suas atividades. A questão de saber de que maneira as duas ordens de distinção se combinam é particularmente sensível: alguns relacionam os dois, confundindo simplesmente *événement* [acontecimento] e *accomplissement* [processo culminado] (ou o par *accomplissement/achèvement* [processo culminado/acontecimento] como propõe Bach, ao menos no plano terminológico); outros consideram o *événement* [acontecimento] de Davidson como o quadro comum a partir do qual se desdobram as variações aspectuais, fazendo deste *événement* o equivalente formal da *éventualité* [eventualidade] “à Bach” (Kratzer).

Na perspectiva de uma lógica da incorporação sustentada em 1.5., seria o caso de acumular as aquisições dos autores e de utilizá-las para reduplicar os pontos de diferenciação: tem-se aqui virtualmente a oportunidade de passar de três tipos de *éventualités/événements* [eventualidades/acontecimentos] a duas vezes três tipos. Dada a diversidade dos casos empíricos a serem examinados, não faria sentido se privar desse enriquecimento.

A criatividade das análises sobre a predicação não parou com a descoberta de Davidson. Com efeito, paralelamente, ainda para conseguir dar conta da semântica das proposições (no caso, de um conjunto de proposições téticas com sujeitos indefinidos, questão cujas condições de possibilidade vêm sendo buscadas pela semântica proposicional há uns trinta anos), um terceiro tipo de predicado foi entrevisto, no início por Carlson, que corresponde, não mais a propriedades estáveis de indivíduos (= categorias de objetos), mas a propriedades ditas transitórias, incidindo sobre entidades também transitórias, a saber, os “états” ou “stages” [estados] nos quais podem se encontrar transitoriamente os indivíduos. O fato é que era difícil (independentemente do delicado problema dos sujeitos indefinidos) no quadro de uma lógica dos predicados de base, tratar como categorias predicados como *cansado* ou *deitado* ou *doente*<sup>38</sup>, que não designam um conjunto de indivíduos, mas muito mais um conjunto de estados<sup>39</sup> possíveis para os indivíduos em questão. A contribuição de Carlson é de ter permitido distinguir entre o que é denominado, nos trabalhos de semântica proposicional, “i-predicados” (*i*, de indivíduos) versus “s-predicados” (*s*, de estados).

Propriedades de indivíduos, propriedades transitórias, acontecimentos: encontramos novamente uma trilogia, obtida ao somar as descobertas de Frege, Carlson e de Davidson: um modelo de incorporação. Vemos bem que há uma semelhança entre esta trilogia e a de Bach, já que basta assimilar as propriedades de indivíduos aos *états* [estados] ao jeito de Bach, as

---

<sup>38</sup> Vemos que os adjetivos ou os participios tendem aqui a invadir o campo dos predicados entrevistos.

<sup>39</sup> Com relação a *état*, a palavra *stage* tem o interesse de insistir sobre o caráter transitório do estado em questão e de integrá-lo em uma temporalidade dada como evolutiva. Um *état* é, por sua construção, o que se tem de mais estático.



propriedades transitórias aos *processus* ao jeito de Bach e os *événements* [acontecimentos] de Davidson aos *événements* de Bach para que, como em uma peça que nos foi pregada, tudo tenha desaparecido. A dificuldade reside, no entanto, no fato de as propriedades transitórias de Carlson serem concebidas precisamente para modelizar os *états* [estados] e de os *processus* ao jeito de Bach parecerem demasiadamente evolutivos para não entrar no quadro da análise de Davidson. A identificação resiste, portanto, de um ou outro lado. Além disso, seria uma pena ter entrevisto a possibilidade de distinguir entre “propriedades de indivíduos” (saber) e *état* [estado] (estar cansado), ou entre *état* [estado] e *processus* (andar) e ter deixado passar a ocasião. É melhor adotar o ponto de vista inverso e resistir, para evitar que os dois planos de variação se tornem indistinguíveis. É preciso, então, critérios que não os de Vendler. O modo de interpretação dos enunciados utilizando a forma do presente em francês se revela um bom observatório para distinguir os três casos: com “i-predicados”, o presente se interpreta como genérico; com “s-predicados”, como dêiticos; com *événements* [acontecimentos], obtemos um presente narrativo<sup>40</sup>:

- (3) (α) *Paul parle français/sait où il habite.*  
[Paul fala francês/sabe onde ele mora.]  
(β) *Paul dort/est allongé.*  
[Paul dorme/ está deitado.]  
(γ) *Paul ouvre la porte/Paul marche de long en large.*  
[Paul abre a porta/Paul anda de lá para cá.]

Vemos que há, novamente, uma relação a ser estabelecida entre estas distinções e as configurações discursivas que cada uma mobiliza. No caso, os tipos discursivos implicados são bem melhores repertoriados que os que foram evocados pela trilogia de Bach: a categorização dos indivíduos provém, sem nenhuma dúvida, do julgamento e, portanto, do discurso argumentativo; a caracterização dos estados provém do discurso descritivo; a evocação de acontecimentos, do discurso narrativo. Isso se assemelha, uma vez mais, ao que tínhamos com Bach, mas a semelhança não resiste a um exame um pouco preciso: (3a) não é necessariamente argumentativo, (3b) não é de modo algum descritivo (salvo a fazer do resumo dos fatos uma descrição, o que é possível, mas coloca definitivamente em perigo a categoria da descrição a partir do momento em que esta não mais se diferencia da narração). Manteremos, portanto, a distinção também neste plano, aproveitando para lembrar que as configurações discursivas são, assim como os tipos de verbos, indefinidamente diversificadas

---

<sup>40</sup> Remetemos a De Vogüé (2000) para uma análise detalhada do modo pelo qual o feixe de interpretações associadas aos enunciados no presente se organiza. Nele, há ainda considerações sobre as diferentes maneiras de se elaborar o tempo, mais ou menos evolutivas conforme o caso, que são úteis para as variações das quais nos ocupamos aqui.

e merecem mais do que uma classificação com duas, três, quatro ou mesmo dezessete entradas.

Encontramos, por fim, diferenças de natureza sintática, que não as mesmas presentes na trilogia de Bach, ainda que haja interseções pelo fato de elas dizerem respeito à relação que se manifesta entre o verbo (ou o grupo verbal, ou o conjunto da proposição, se estivermos no quadro (a), (b) ou (c) de Bach) e seu sujeito: na argumentação, o sujeito corresponde ao tema, no sentido pragmático do termo<sup>41</sup>; na descrição, refere-se menos a um indivíduo, do que a um estado deste indivíduo – e, conseqüentemente, a seu modo de presença em uma dada situação; na narração, refere-se a um actante. Este conjunto de possibilidades é conhecido. É importante considerá-lo porque ele permite explicar a extrema flexibilidade referencial dos sujeitos, que irão se referir, conforme o caso, a um indivíduo, a um estado do indivíduo, ou ao comportamento deste indivíduo (por ex., em *Paul m'ennuie* [Paulo me aborrece], em que “Paulo” poderá ser interpretado como designando o que Paulo faz, mais do que o próprio “Paulo”<sup>42</sup>). Mas isso também é importante por responder a três grandes categorias de funcionamento que se observam nas línguas relativamente ao sujeito. Se acreditarmos na tipologia elaborada por Kibrik, esta variação seria o que fornece a solução para as diferentes estratégias que podem ser desenvolvidas para discriminar um sujeito: o sujeito é frequentemente definido por seu papel actancial, mas sabemos que pode também estar, de modo mais ou menos manifesto conforme as línguas, associado ao estatuto pragmático de tema; e, ocorre, segundo Kibrik, em algumas línguas pelo menos, ou em algumas construções, que ele seja diferenciado por sua ancoragem situacional. Kibrik mostra bem que a tipologia não é fixa. Se é verdade que ela se relaciona com as três configurações discursivas da narração, da argumentação e da descrição, e, por isso, aos três tipos de eventualidade, devemos esperar que esses três tipos de sujeito se encontrem em cada língua, sendo sua manifestação um efeito do caráter instável e indefinidamente desequilibrado das oposições envolvidas. Por exemplo, poderíamos sustentar que o sistema morfológico do francês é a manifestação destas tendências divergentes inscritas na língua: assim, o gênero e o número, enquanto marcas de concordância, são característicos de uma lógica da “i-predicação”, na qual o predicado tem um funcionamento que pouco difere do dos adjetivos; a pessoa inscreve-se na lógica da ancoragem situacional característica da “s-predicação”; e o caso, cujos resíduos, em francês, estão no sistema pronominal, inscreve-se na lógica da actância e

---

<sup>41</sup> E é necessário então que ele seja definido, o que explica as coerções em termos de tipos de processo quando o sujeito é indefinido, o que ocupou Carlson e toda a literatura que se interessou ao problema.

<sup>42</sup> Ver Hamon (2006) no que se refere ao contraste estabelecido entre sujeito e objeto desse ponto de vista.

dos fatos. A dificuldade das línguas seria que elas dispõem apenas de uma única sintaxe e de uma única morfologia para configurações discursivas indefinidamente variadas: isso justificaria que os fatores de determinação da sintaxe e da morfologia possam ser heterogêneos a esse ponto, e que se verifiquem efeitos de desequilíbrio, que se manifestam, por exemplo, por mudanças diacrônicas. Mais do que dizer que a questão em causa é a de uma tipologia de línguas, preferiremos considerar este tipo de diferenciações como a manifestação em ação da variação aqui discutida<sup>43</sup>.

Observamos, novamente, um campo de variação de uma dimensão imensa, perpassando não só os tipos de eventualidades, mas também os discursos, a sintaxe, a morfologia, as classes de línguas – e também, sem dúvida, a sua diacronia. O problema consiste em conseguir determinar em que repousa esta desordem. O substrato cognitivo que supostamente se encontra na origem do que está em jogo é repleto de aspectos decisivos para a compreensão de uma lógica do mundo, mas parece irrisório quando o consideramos independentemente das línguas: em particular, a categoria do transitório é, em si, bem pouco convincente (e os debates para saber se a beleza, a juventude, a inteligência são mais ou menos transitórias do que são a cólera, a morte ou a velhice parecem bem pouco claros, pelo menos no estado atual de seu desenvolvimento). Se renunciarmos a raciocinar em termos de categorias cognitivas prefabricadas, e retomarmos os modos de funcionamento formais, as distinções de Carlson e de Davidson abrem perspectivas particularmente enriquecedoras, tanto no que concerne ao modo da estruturação dos enunciados, quanto à compreensão dos modos de referência em geral, formas possíveis de construção do que Bach denomina eventualidades.

A dificuldade que se apresenta é, contudo, de recairmos inexoravelmente nas distinções que parecem equivalentes ao que encontramos para compreender os mecanismos que estão em jogo na oposição de Vendler. Os “i-predicados” são claramente de natureza

---

<sup>43</sup> Observemos que esta variação pode tomar uma forma interessante em configurações que têm mais de um argumento. Assim, Montaut descreve, em hindi, casos variados em que, ao lado do sujeito, aparece um outro argumento que, segundo o caso, estará no dativo, genitivo ou ergativo. Montaut mostra que o dativo corresponde a configurações nas quais se trata de marcar a posição de um sujeito de consciência, o que parece corresponder aos predicados de tipo “i”; o genitivo aparece em correlação com os predicados de percepção, inscrevendo-se, conseqüentemente, em uma lógica da descrição de modos de presença transitórios; o ergativo, por fim, inscreve-se claramente em configurações narrativas. Vemos assim se delinear um tipo de lógica dos casos, efeito secundário particularmente importante da diferenciação que nos ocupa aqui. Entre os campos de aplicação, assinalaremos um último domínio, que é aquele das estruturas temáticas, dando ao termo um valor estritamente sintático, pelo qual o tema designa um constituinte anteposto prosodicamente demarcado. Verifica-se que um tal constituinte vale, às vezes, como suporte da predicação operada no enunciado, mas pode também se contentar a determinar o quadro no qual se inscreve a referência, e pode enfim adquirir uma interpretação mais condicional designando um tipo de ponto de desencadeamento a partir do qual o acontecimento descrito surgiu: (i) *A Paris, il dort* [Em Paris, ele dorme] (genérico: hábito característico do que ele faz quando ele está em Paris); (ii) *A Paris, il habite un deux pièces* [Em Paris, ele mora em um apartamento de um quarto] (descritivo: “Em Paris” fornece o quadro da descrição); (iii) *A Paris, il rencontre un ami* [Em Paris, ele encontra um amigo] (equivalente a “mas uma vez em/ao chegar em Paris).

qualitativa, e os estados parecem estar subordinados a uma predicação tética, enquanto que os fatos (*événements* [acontecimentos] à Davidson) correspondem a pontos de adventos, portanto, a momentos que “fizeram a diferença”, o que se deixa perfeitamente descrever em termos de articulação entre quantitativo e qualitativo. Encontramos portanto o mesmo jogo de oposição, esperando simplesmente que ele não se aplique aos mesmos elementos. No caso, vimos que o que é decisivo na variação aqui envolvida concerne à relação que se estabelece com o sujeito, conforme a eventualidade o inscreva em uma categoria, represente os seus estados, ou avalie o que esse sujeito produz. Cabe lembrar do jogo observado em relação ao sentido do conceito de eventualidade quando este recaiu, não mais sobre proposições inteiras, mas sobre os verbos que as organizam: não se tratava mais do que pode ser uma eventualidade em si, mais ou menos possível, mais ou menos ocorrida; tratava-se do fato de que uma eventualidade é sempre relativa a um sujeito, é uma eventualidade “para alguma coisa”. É este sentido evidenciado aqui e que a variação Frege/Carlson/Davidson trabalha: trata-se não mais em saber se a eventualidade é, em si, de textura qualitativa ou quantitativa, e, sim, de saber o que ela é para o sujeito: uma qualidade deste sujeito, um estado deste sujeito (estado cuja existência é predicada, e que, por ser assim, adquire o estatuto de uma quantidade) ou uma atuação, um modo de agir do sujeito (o que seria um estado que adquire sentido, e, portanto, torna-se tanto qualitativo quanto quantitativo).

Trata-se então do que ocorre com o sujeito, de seus modos de presença, de suas atuações (seus modos de agir). Por meio dessas eventualidades, poderão ser introduzidas categorias essenciais do domínio verbal, não apenas o transitório, mas também a processividade dos acontecimentos, que encontra, na categoria de Davidson – e não na trilogia de Vendler, onde a procurávamos – a sua razão de ser; encontramos, talvez, alguns germens de actancialidade. Constata-se que são categorias que tocam, ao mesmo tempo, o domínio aspectual do qual partimos e o domínio ao qual não pensávamos em ir, por acreditar se tratar apenas de transições, que é o domínio da diátese: é isso que está em jogo nessas questões de estados, de agires e de propriedades, quando se trata do modo pelo qual se encontra implicado o sujeito na eventualidade que uma proposição descreve. Aqui estaria o princípio desta outra variação: a implicação do sujeito  $\xi_0$  na eventualidade que  $\xi_1$  descreve, ou melhor, o estatuto de  $\xi_1$  para  $\xi_0$ , qualidade, quantidade, ou quantidade qualitativamente diferenciada.

Na trilogia de Vendler, estava envolvida a relação entre  $\pi$  e  $\xi_1$ . Sem dúvida, ainda não sabemos ao certo qual é a natureza das relações em jogo. A formalização está por fazer. Resta que, no estado atual do problema, a descrição do esquema de léxis, ao permitir distinguir entre

o que está em jogo, de um lado, em torno de  $\xi_0$  e  $\xi_1$ , de outro, em torno de  $\xi_1$  e  $\pi$ , oferece pistas.

### 3.3. AINDA DO LADO DA DIÁTESE: O PAPEL DO SUJEITO NA GESTÃO DA TRANSITIVIDADE

Podemos apostar então em uma terceira pista, uma chave a mais para a variação, que estaria situada dessa vez na junção de  $\pi$  e  $\xi_0$ , e que seria portanto relativa ao modo como o sujeito intervém na relação predicativa, caso ele figure ou não como um dos argumentos dessa relação, ou caso ele se encontre ou não inscrito do exterior na relação em questão. Já tive a ocasião de evocar rapidamente este direcionamento na pesquisa em um artigo precedente que tratava mais especificamente da variação de um verbo em particular, o verbo *filer*. Nele, diferencio um terceiro tipo de variação, além dos dois outros equivalentes ao que foi exposto aqui em 3.1. e 3.2, relacionado ao fato de que o sujeito possa ser interpretado seja como causador, seja, sob o modo agentivo, como instigador participante, seja, em um modo propriamente intransitivo, diretamente como suporte do que o verbo descreve. Nesta variação está a razão da ambiguidade da citação de Chateaubriand: *Le temps file notre fragile vie*, conforme ela signifique que o tempo é a causa de nossa vida ser assim *filant* [passageira, uma vida “que voa”], que ele próprio está ocupado em *la filer* [consumi-la, fazê-la escoar], ou, por fim, que ele é este fio, impossível de se apreender, impossível de impedir, em todo tempo que dura nossa frágil vida. Desta variação, há exemplos mais estabilizados, quando se diz que “assamos o pão” ou que “o pão assa”, para tratar apenas desse caso. Há também muitos exemplos mais inovadores e arriscados, sendo a causatividade e a transitividade dois motores particularmente dinâmicos e ativos de invenção lexical. A idéia é de ver nisso a origem das afinidades que podem, às vezes, unir, de um lado, os verbos com actância, de outro, com problemáticas causais: a questão não estaria no fato de existir uma subcategoria, mais ou menos importante – ou emblemática – de verbos de causa ou agentivos; a questão seria que uma das instâncias possíveis da variação consiste em integrar ou não o sujeito na relação argumental descrita pelo verbo.

Não iremos adiante na análise deste último plano de variação: fiz anteriormente a hipótese de que este plano de variação vincula-se às diferentes modalidades de intrincação possíveis entre dois esquemas; a questão permanece em discussão. Contentamo-nos de ter localizado no esquema de léxis o ponto de impacto a partir do qual a variação se desenvolve, e de ter assim encontrado o que estaria na origem das relações complexas e tumultuosas relacionando os verbos às causas, à transitividade e, deste modo, às ações.

Temos agora de que construir três categorias verbais até à potência de três, totalizando nove categorias. Seria necessário percorrê-las uma a uma e estamos bem longe disso. O cálculo está por ser feito, excluindo todas as outras variações por definir, sobre cada um dos argumentos mobilizados pelas formas esquemáticas associadas a cada verbo particular<sup>44</sup>, e sobre todos os outros mecanismos que não soubemos ainda incorporar. Os princípios de variação desvelados até aqui, pelo menos em uma primeira aproximação, apresentam-se em tríade. Isto é uma questão de circunstância: também há, nos mecanismos linguísticos, variações que se dão segundo duas alternativas<sup>45</sup>; por sua vez, segundo a análise do funcionamento do operador de orientação<sup>46</sup>, este corresponde a um campo de variação cujas variações se dão em cinco<sup>47</sup>. O que permite esse jogo a três não deixa de ser interessante: tudo começou com a defasagem mínima que deveria ser marcada no esquema de léxis entre o ponto de partida  $\xi_0$  e o ponto de chegada  $\xi_1$  para conseguir propiciar ao dizer, bem como à eventualidade que esse dizer constrói, ao mesmo tempo, sua espessura, sua temporalidade própria e esta estrutura de um movimento em cadeia que os caracteriza. Uma defasagem mínima que conduz os elementos a se dissociar e depois a se reunir, o que dá três tempos  $\xi_0$ ,  $\xi_1$  e  $\pi$ . Uma defasagem mínima entre referente e valor referencial, que engendra todas as estabilidades, todos os cálculos, todos os modos indefinidamente diferenciados de ser um verbo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BASSET, Louis. Platon et la distinction nom/verbe. In: BASSET, Louis; PERENNEC, Marcel (éds) *Les classes de mots*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1994.
2. BENVENISTE, Emile. Structures des relations de personne dans le verbe. *Problèmes de linguistique générale 1*, Paris: Gallimard, 1966.
3. CARLSON, Gregory. A Unified Analysis of the English Bare Plural. *Linguistics and Philosophy*. Springer Netherlands. v.1, n.3, 1977.
4. CREISSELS, Denis. *Eléments de syntaxe générale*. Paris: PUF, 1995.

---

<sup>44</sup> Ver De Vogüé 2004. De maneira geral, o estudo da variação feito no seio da Teoria das Operações Enunciativas é inteiramente consagrado a desdobrar as múltiplas formas que essa variação pode assumir.

<sup>45</sup> Ver a alternativa entre tipo e atrator no modo de estruturação dos domínios nocionais.

<sup>46</sup> [Nota dos trad.] O termo *opérateur de repérage* do original foi traduzido por “operador de orientação” a partir de discussão tida com Denis Paillard e Jean-Jacques Franckel sobre aspectos terminológicos referentes à teoria culioliana. Encontramos, no entanto, em outros trabalhos, o termo “operador de localização”.

<sup>47</sup> Ver De Vogüé (2000) para uma ilustração desta espiral em cinco tempos.

5. CROFT, William. Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organisation of information. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
6. CULIOLI, Antoine. A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999 [1971].
7. CULIOLI, Antoine. Sur quelques contradictions en linguistique. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999 [1973].
8. DAVIDSON, Donald. *The Logical Form of Action Sentences. Essays on Actions and Events*. New York: Oxford University Press, 1980 [1967].
9. DE VOGÜÉ, Sarah. Construction d'une valeur référentielle: entités, qualités, figures. *Travaux linguistiques du Cerlico*. Presses Universitaires de Rennes, n.12, 1999.
10. DE VOGÜÉ, Sarah. Calcul des valeurs d'un énoncé 'au présent'. *Travaux de linguistique*. Leuven: De Boeck Université. n. 40, 2000.
11. DE VOGÜÉ, Sarah. L'épilangue au pied de la lettre: à propos du concept grammatical de condition. *Le Gré des langues*. Paris: L'Harmattan. n.16, 2001.
12. DE VOGÜÉ, Sarah. Syntaxe, reference et identité du verbe filer. *LINX*. Nanterre: Université de Paris X. n.50, 2004.
13. HAMON, S. L'expression de la cause en langue. In: HAMON, S ; AMY, M. (éds) La notion de 'cause': approche pluridisciplinaire. *LINX*. Nanterre: U. de Paris X. n.55, 2006.
14. KIBRIK, Alexander. Beyond subject and object: toward a comprehensive relational typology. *Linguistic Typology*. n.1, 1997.
15. KRATZER, Angelika. Stage-level and individual-level predicates. In: CARLSON, Gregory; PELLETIER, Francis (eds) *The Generic Book*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
16. LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Londres: Cambridge University Press, 1970.
17. LEEMAN, Danielle. Hypothèse d'une autonomie du nom et du verbe morphologiquement apparentés. *Modèles Linguistiques*. Toulon: Editions des Dauphins. v. 25, n.1-2, 2004.
18. MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris: Le Seuil. 1989.
19. MONTAUT, Annie. Constructions objectives, subjectives et déterminatives en hindi/urdu. *LINX*. Nanterre: Université de Paris X. n. 24, 1991.
20. VAN VALIN Jr, Robert. *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: Benjamins. 1991.

21. VENDLER, Zeno. Verbs and Times. In: *Linguistics and Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press. p. 97-121, 1967.

**ABSTRACT:** This article aims at analyzing and delimitating the embrace of the so well-known “verb” grammatical category. It aims also at understanding the reasons of this category variation: its variation at the construction level, as well as its variation concerning the interpretative values to which every verbal occurrence contributes. It is organized in three parts. The first part consists in the presentation of the theoretical and methodological framework, which is an enunciative one. The second part reflects on a characterization of the “verb” category which includes every characterization already proposed by different perspectives. It is reached through the option for the formal domain in which the “saying” is “produced”. The third part aims at reconstructing the variation dynamics, successively incorporating different theories. Three variation principles are thus proposed. Yet, this article’s main effort is the demonstration of two hypotheses: (1) these three variation principles are at the center of the referential and combinatory operations which organize the “saying”; (2) because of its interaction, these three variation principles can give an account of the plurality of observed verbal categories. As an all, the proposed study allows some considerations, not only about the definition of verb category, but also about what is a “saying”, in other words, about the way the “saying” is structured and the way in which it refers.

**KEYWORDS:** enunciative approach; verb grammatical category; aspectual variation calculation; diathesis changes calculation.

Recebido no dia 30 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 28 de fevereiro de 2011.